

Universidade do Sul de Santa Catarina

Política Internacional

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça

UnisulVirtual

2006

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Política Internacional**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma, abordando conteúdos especialmente selecionados e adotando uma linguagem que facilite seu estudo a distância.

Por falar em distância, isso não significa que você estará sozinho. Não esqueça que sua caminhada nesta disciplina também será acompanhada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual. Entre em contato sempre que sentir necessidade, seja por correio postal, fax, telefone, e-mail ou Ambiente Virtual de Aprendizagem. Nossa equipe terá o maior prazer em atendê-lo, pois sua aprendizagem é nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.

Valdir Luiz Schwengber
Morgana Aparecida de Matos

Política Internacional

Livro didático

Design instrucional
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Karla Leonora Dahse Nunes

Palhoça
UnisulVirtual
2006

327

S43 Schwengber, Valdir Luiz

Política internacional : livro didático / Valdir Luiz Schwengber,
Morgana Aparecida de Matos ; design instrucional Carolina Hoeller da
Silva Boeing, Karla Leonora Dahse Nunes. – Palhoça : UnisulVirtual, 2006.
88 p. : il. ; 28 cm

Inclui bibliografia.
ISBN 85-7817-075-X
ISBN 978-85-7817-075-2

1. Política internacional. I. Matos, Morgana Aparecida de. II. Boeing,
Carolina Hoeller da Silva. III. Nunes, Karla Leonora Dahse Nunes. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Créditos

Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina

UnisulVirtual - Educação Superior a Distância

Campus UnisulVirtual

Rua João Pereira dos Santos, 303
Palhoça - SC - 88130-475
Fone/fax: (48) 3279-1541 e 3279-
1542
E-mail: cursovirtual@unisul.br
Site: www.virtual.unisul.br

Reitor Unisul

Gerson Luiz Joner da Silveira

Vice-Reitor e Pró-Reitor Acadêmico

Sebastião Salésio Heerdt

Pró-Reitor Administrativo

Marcus Vinícius Anatóles da Silva
Ferreira

Campus Tubarão e Araranguá

Diretor: Valter Alves Schmitz Neto
Diretora adjunta: Alexandra Orseni

Campus Grande Florianópolis e Norte da Ilha

Diretor: Ailton Nazareno Soares
Diretora adjunta: Cibele Schuelter

Campus UnisulVirtual

Diretor: João Vianney
Diretora adjunta: Jucimara Roesler

Equipe UnisulVirtual

Administração

Renato André Luz
Valmir Venício Inácio

Biblioteca

Soraya Arruda Waltrick

Coordenação dos Cursos

Adriano Sérgio da Cunha
Ana Luisa Mülbner
Ana Paula Reusing Pacheco

Diva Marília Flemming
Elisa Flemming Luz
Itamar Pedro Bevilacqua
Janete Elza Felisbino
Jucimara Roesler
Lauro José Ballock
Luiz Guilherme Buchmann
Figueiredo

Luiz Otávio Botelho Lento
Marcelo Cavalcanti
Mauri Luiz Heerdt
Mauro Faccioni Filho
Nélio Herzmann
Onei Tadeu Dutra
Patrícia Alberton
Patrícia Pozza
Rafael Pete. da Silva
Raulino Jacó Brüning

Design Gráfico

Cristiano Neri Gonçalves Ribeiro
(coordenador)
Adriana Ferreira dos Santos
Alex Sandro Xavier
Fernando Roberto Dias
Zimmermann
Higor Ghisi Luciano
Pedro Paulo Alves Teixeira
Rafael Pessi
Wilson Martins Filho

Equipe Didático-Pedagógica

Angelita Marçal Flores
Carmen Maria Cipriani Pandini
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Cristina Klipp de Oliveira
Dalva Maria Alves Godoy
Daniela Erani Monteiro Will
Dênia Falcão de Bittencourt
Elisa Flemming Luz
Enzo de Oliveira Moreira
Flávia Lumi Matuzawa
Karla Leonora Dahse Nunes
Márcia Loch
Patrícia Meneghel

Silvana Denise Guimarães
Tade-Ane de Amorim
Vanessa de Andrade Manuel
Vanessa Francine Corrêa
Viviane Bastos
Viviani Poyer

Logística de Encontros

Presenciais
Caroline Batista (Coordenadora)
Aracelli Araldi
Juliana Costa Pinheiro
Leticia Cristina Pinheiro
Priscila Santos Alves

Monitoria e Suporte

Harrison Laske (coordenador)
Adriana Silveira
Caroline Mendonça
Edison Rodrigo Valim
Gislane Frasson de Souza
Josiane Conceição Leal
Rafael da Cunha Lara
Vinícius Maycot Sera. m

Produção Industrial e Logística

Arthur Emmanuel F. Silveira
Eduardo Kraus
Francisco Asp
Jeferson Cassiano Almeida da Costa

Projetos Corporativos

Diane Dal Mago
Vanderlei Brasil

Secretaria de Ensino a Distância

Karine Augusta Zanoni
(secretária de ensino)
Djeime Sammer Bortolotti
Carla Cristina Sbardella
Grasiela Martins
James Marcel Silva Ribeiro
Lamuniê Souza
Liana Pamplona
Maira Marina Martins Godinho

Marcelo Pereira
Marcos Alcides Medeiros Junior
Maria Isabel Aragon
Olavo Lajús
Priscilla Geovana Pagani
Ricardo Alexandre Bianchini
Silvana Henrique Silva

Secretária Executiva

Viviane Schalata Martins

Tecnologia

Osmar de Oliveira Braz Júnior
(coordenador)
Giorgio Massignani
Rodrigo de Barcelos Martins
Sidnei Rodrigo Basei

Edição - Livro Didático

Professor Conteudista
Valdir Luiz Schwengber
Morgana Aparecida de Matos

Design Instrucional

Carolina Hoeller da Silva Boeing
Karla Leonora Dahse Nunes

Projeto Gráfico e Capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramação

Adriana Ferreira dos Santos

Revisão Ortográfica

Heloísa Mano Dornelles

Impressão

PostMix

Sumário

Apresentação	3
Palavra dos professores	9
Plano de estudo	11
UNIDADE 1 – Política Internacional e fatores para a hegemonia.....	13
UNIDADE 2 – Política internacional a partir da Segunda Guerra Mundial.....	35
UNIDADE 3 – Política Internacional e Globalização	55
Para concluir o estudo	77
Sobre os professores conteudista	79
Referências	81
Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação	85

Palavra dos professores



A forma de condução da Política Internacional é extremamente importante para a ampla compreensão da realidade mundial. Entre outros fatores, a Política Internacional oferece elementos para uma reflexão crítica sobre a condução e a influência dos diversos fatores do ambiente externo, ligados diretamente à vida e à política das Nações.

Vivemos em um momento complexo, de transições rápidas no sistema internacional, em que as relações de poder estabelecem as bases fundamentais da influência direta dos Estados nas sociedades.

Desta forma, compreender as relações históricas que envolvem **Poder** e **Estado** estimula a compreensão do Cenário Internacional, tendo os países como atores principais (alguns protagonistas, outros espectadores atentos), mas não isolados, considerando as Organizações Internacionais como transformadores fundamentais do mundo globalizado.

A realidade atual nos mostra que não podemos permanecer alheios ao que ocorre no mundo. O interesse na condução da Política Internacional e também dos sistemas políticos mundiais aumenta a reflexão e a compreensão dos grandes desafios impostos ao Estado. As fronteiras nacionais estão receptivas ao livre comércio, e também à busca constante da democracia e do desenvolvimento econômico e social de suas Nações.

Aceite o desafio de estudar Política Internacional e saiba que ao final terá a vantagem de compreender mais a realidade internacional contemporânea.

Aproveite cada momento de estudo desta disciplina!



Plano de estudo

Ementa

Histórico, natureza e princípios da Política Internacional. Tipologia e elementos do poder. Potências. Conceitos. Concepções histórica e teórica sobre o equilíbrio do poder. Conceito, objetivos e formulação da política externa. Intervenção. Questões clássicas e contemporâneas.

Objetivo da disciplina

- Possibilitar uma compreensão crítico-científica das relações de poder na esfera internacional, a partir dos fundamentos históricos que a constituem.
- Estimular a compreensão dos sistemas políticos mundiais a partir das transformações nas relações internacionais decorrentes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria.
- Fomentar reflexões sobre os desafios da Política Internacional em um mundo globalizado, fundado em princípios democráticos e de economia de mercado, com o desafio de buscar desenvolvimento auto-sustentável, solucionando problemas de ordem global.

Carga Horária

A carga horária total da disciplina é de 30 horas-aula.

Cronograma de estudo

Utilize o cronograma a seguir para organizar seus períodos de estudo. E não esqueça de anotar as datas de realização das atividades de avaliação.

Semanas	Carga horária	Eventos	Atividades	Datas-chave
1	1	Início da disciplina	Leitura da mensagem do tutor, no mural, e do Plano de Ensino.	___/___
	9	Unidade 1	Estudo da Unidade 1 do livro didático.	___/___
			Atividades de auto-avaliação.	
			Atividades no AVA.	
	9	Unidade 2	Estudo da Unidade 2 do livro didático.	___/___
			Atividades de auto-avaliação.	
Avaliação a distância				
2	9	Unidade 3	Estudo da Unidade 3 do livro didático.	___/___
			Atividades de auto-avaliação.	
			Atividades no AVA.	
	2	Encontro presencial	Avaliação presencial.	___/___
		Encontro presencial	Avaliação presencial 2ª. Chamada.	___/___
			Avaliação final (caso seja necessário).	___/___

UNIDADE 1

1

Política Internacional e fatores para a hegemonia



Objetivos de aprendizagem

- Possibilitar uma compreensão crítico-científica das relações de poder na esfera internacional a partir dos fundamentos históricos que a constituem.
- Compreender a relação entre a religião cristã e a política internacional européia a partir da sua iniciativa internacionalista, no início da Idade Moderna.
- Perceber como a ciência, aliada ao capital, opera na estruturação e manutenção do poder, relacionando sua dinâmica com os poderes tradicionalmente constituídos.



Seções de estudo

Seção 1 Gênese e desenvolvimento do sistema político internacional.

Seção 2 Relação entre religião, ciência e poder.



Para início de estudo

Você já estudou Geopolítica e observou a disputa que ocorre em torno do acesso e manutenção do poder, no que tange as questões que envolvem o espaço geográfico, tornando-o um espaço de poder. A efetivação dos interesses estratégicos passam, sobremaneira, pela política e a economia, dando suporte para Política Internacional.

No entanto, se observarmos o sistema político internacional, perceberemos que está vinculado ao modo de organização política constituída na Europa a partir do séc. XV, quando passou a orientar o sistema político para os demais continentes, presente até hoje com as adequações historicamente implementadas. Não estão sendo ignoradas as transformações que ocorreram nas estruturas, contudo, os mecanismos que orientam esta relação de poder, já existiam nas Sociedades Clássicas. Veremos como isto acontece e como a orientação do mundo, após a Segunda Guerra Mundial, tratou de ordenar a política internacional. Bons estudos!

SEÇÃO 1 - Gênese e desenvolvimento do sistema político internacional

Você deve estar pensando sobre o modo como surgiu e se mantém este sistema político internacional. Primeiramente, é necessário compreender um sistema, intrinsecamente entrelaçado com diversas organizações que garantem a manutenção de tal sistema organizacional.

Isso nos remete a aludir que o sistema parte da existência do Estado-Nação. Este, por sua vez, também é historicamente construído. Se observarmos a história européia que influenciou significativamente nossa organização política, constataremos que, depois do auge da organização da Sociedade Clássica, ou seja, da Grécia e de Roma, a Europa mergulhou num longo período da história sem a existência de um Estado formal constituído.

O Surgimento do Estado Nacional Moderno

Sobre a razão e a função do Estado, ampla é a literatura e numerosos os autores que mereceriam ser citados. No advento da Formação dos Estados Nacionais Modernos, Nicolau Maquiavel, em **O Príncipe**, criou uma obra prima dedicada a Família Médici de Florença, no sentido de orientar a conduta para a conquista e manutenção do poder.



Foto: Nicolau Maquiavel (3/05/1469 – 21/06/1527).

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Maquiavel Acesso: 8 nov/2005.

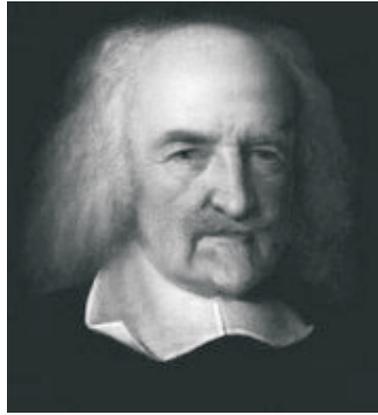


Foto: Thomas Hobbes (5/04/1588 – 4/12/1679).

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes Acesso: 8 nov/2005.

O Príncipe é uma das obras mais controversas sobre ciência política. No senso comum, o adjetivo “maquiavélico” é associado a maldade, entre outros.

Destaca-se, ainda, Thomas Hobbes, como um dos expoentes na defesa do Absolutismo Monárquico. A concepção de que o indivíduo necessitava ser controlado por um poder superior, ali representado pelo Estado, partia do princípio de que o indivíduo é mal por natureza e, para tanto, seria necessário a existência de um governo com poder absoluto sobre a sociedade.

John Locke inaugura a ordem liberal, afirmando em suas obras que o **Homem é bom por natureza** e que o poder reside no indivíduo. Assim, parte-se do pressuposto que o poder do Estado é delegado pelos indivíduos, motivo pelo qual o Estado deve existir para atender aos interesses individuais.

Rousseau, na obra “O Emílio”, que tornou-se um clássico para a educação, afirmava que o indivíduo nascia bom e seu desvirtuamento está ligado às más influências da sociedade, que corrompia seus cidadãos.



Foto: Jean-Jacques Rousseau (28/06/1712 – 2/07/1778)

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques_Rousseau Acesso: 8 nov/ 2005.



Sobre a **função do Estado**, Rousseau entendia que: “O estado civil seria um corretivo próprio do desenvolvimento humano, que teria, assim, uma estrutura triádica (estado de natureza, sociedade civil como momento negativo e estado civil como república)”(STRECK; MORAIS, 2000).

Também discorrendo sobre a **função do Estado**, Marx oferece uma reflexão importante no sentido de analisar o surgimento do Estado como uma consequência da necessidade da burguesia em criar mecanismos mais adequados para a expansão das suas atividades econômicas, frente à fragmentação e insegurança do período medieval. Vamos analisar o Estado sob esta ótica, buscando compreender as transformações do papel do Estado e da própria Política Internacional como decorrentes de um projeto burguês em constante adaptação.

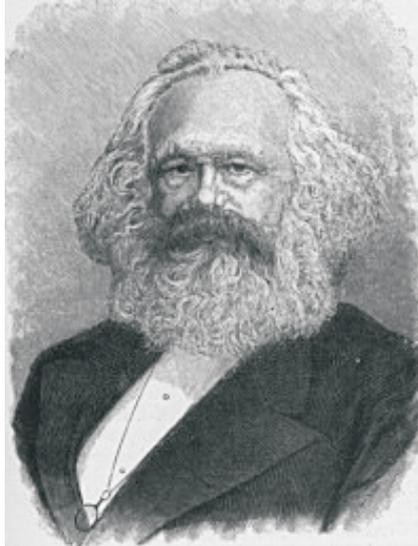


Foto: Karl Marx (5/05/1818 – 14/03/1883)

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx Acesso: 8 nov/ 2005.

O primeiro Estado Nacional Moderno constituído no ocidente foi Portugal. Este e o Estado Nacional Espanhol, que surge em seguida, contudo, não podem ser classificados nesse escopo, pois, a motivação que levou à formação desses Estados não decorre da necessidade da formação do estado burguês, sustentado na união entre a burguesia e o rei, que tinha poder de direito, mas não de fato.

Naquela configuração, a burguesia, detentora do dinheiro, financiou o exército para que o rei concentrasse o poder necessário para governar de fato. Essa alteração no quadro político restringiu o poder dos senhores feudais que, em muitos casos, foram acomodados com títulos de nobreza e privilégios que não os relegassem a uma perda significativa do seu poder.

Nesse caso, Portugal e Espanha, que não possuíam uma burguesia forte que levasse a essa estruturação do poder a partir da ótica burguesa, unificaram o Estado; no entanto, não adotaram uma ótica burguesa.

De certa forma manteve-se uma relação patrimonialista, de troca de favores, utilizando-se do público para atendimento de interesses da esfera privada. Esta característica também é bastante visível na cultura política brasileira, herança do patrimonialismo português.

Das grandes navegações ao Neocolonialismo

O Ocidente e o mundo viram nascer, sob as cinzas do período medieval, o Renascimento Cultural, o Humanismo e o Iluminismo. Estas correntes de pensamento e representação foram elementos emblemáticos no resgate dos valores antropocêntricos das **Sociedades Clássicas**.

Como Sociedades Clássicas, são consideradas Grécia e Roma que são uma das vertentes da cultura ocidental. Clássicas também, pelo fato de continuarem a possibilitar a compreensão do sentido das coisas que nos rodeiam até os dias atuais.

Se, por um lado, havia a busca por saídas do “casulo europeu”, fortemente influenciado pelo Renascimento Comercial, e as possibilidades que o acesso direto às Índias poderia propiciar, por outro, a Formação dos Estados Nacionais Modernos, com a progressiva capacidade de concentrar esforços e recursos para financiar projetos mais ousados, fazia despontar uma nova forma de busca pela hegemonia.



As Grandes Navegações remetem ao período em que os reis católicos, de Espanha e Portugal, especialmente, empreenderam uma política de financiamento de expansão marítima. Entre outras, a viagem de Cristóvão Colombo tornou a América conhecida à Europa. A partir desse fato, a Espanha colonizou as terras do Novo Mundo, e através de seus conquistadores, diversos povos ameríndios foram reprimidos, como as civilizações Inca, Asteca e Maia e, dezenas de sociedades nativas brasileiras. Para evitar disputas com outras nações européias, a Espanha firmou com Portugal, por intermédio do Papa Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas, para definir os territórios do Novo Mundo que pertenceriam a cada país.

Foto: Imagem retratada por Debret sobre a Colonização da América a partir das Grandes Navegações.

Disponível em: <http://www.highrisemarketing.com/djweb/historia/trabalho.html>

Acesso: 9 nov/ 2005.

Como a lógica poderia indicar, Portugal e Espanha foram os precursores das **Grandes Navegações**, tornando-se as potências colônias da Era Moderna. É importante considerar que os eficientes sistemas administrativos, implantados e influenciados pelas experiências romanas, colaboraram para que tivessem êxitos em seus grandiosos empreendimentos. Como veremos mais adiante, a religião, que por muito tempo tolhia o espírito de conquistas, impotente frente à expansão européia para os diferentes pontos do planeta, tratou de garantir sua presença, tornando-se importante instrumento para o processo colonizatório.

No caso de Portugal, na União Ibérica de 1580 e 1640, período no qual Portugal fora “incorporado” ao reino da Espanha, com diversas formas de desastre, fragilizou-se a pujança do poderio lusitano. A Espanha, que desde o início da ocupação da América, fora agraciada com os metais preciosos, viveu um grande período de glórias, no qual suas colônias latino-americanas forneciam recursos suficientes para o atendimento de suas necessidades.

Quanto ao **Neocolonialismo**, marcado pela vontade de os países europeus do séc. XIX se tornarem imperialistas, levou grande parte da África, Ásia e Oceania a um processo de colonização, a fim de extrair matéria-prima e vender seus produtos industrializados. Mais do que isso, o fato de ter Colônias garantia um *status* de poder, que fazia com que nenhum desses países imperialistas quisesse ficar para trás.



Destacam-se nesse período a Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e, posteriormente, a Alemanha e a Itália que, apenas por volta de 1870, alcançaram a Formação de um Estado Nacional Moderno. No continente americano, a economia industrial que despontava na América do Norte, passou a seguir um caminho semelhante, que todavia, apenas a partir da Segunda Guerra Mundial passaria a assumir um papel hegemônico.

Essa política interferiu profundamente na evolução histórica, econômica e social da África e da Ásia. As ex-colônias dessas regiões - mesmo depois de libertas - mantiveram laços de dependência com as antigas metrópoles ou com outras potências mundiais, situação denominada “Neocolonialismo”.

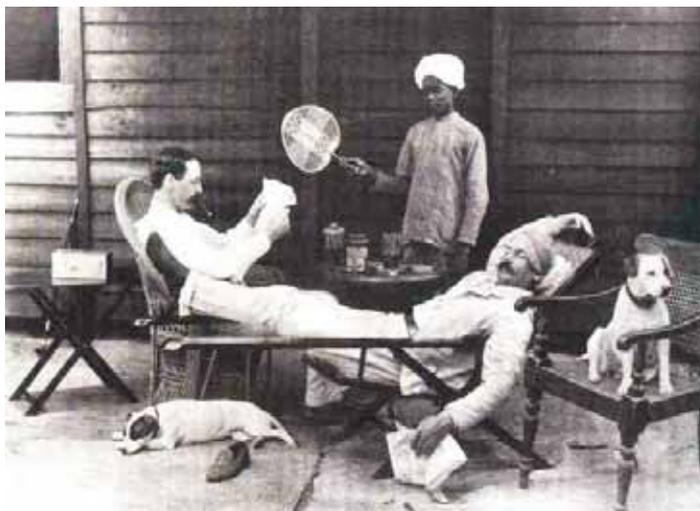


Foto: uma cena que retrata o cotidiano na relação entre os neocolonizadores europeus e os povos nativos, que passavam a condição de subserviência.

Disponível em: www.unificado.com.br/historia/prof_jair/05/imperialismo.ppt

Acesso: 9 nov/ 2005.

Diante do descontentamento da população, em alguns países europeus, frente aos grandes gastos dos governos que às vezes não eram compensados, justificava-se o papel civilizatório dos europeus para com os menos desenvolvidos. É importante perceber que, nos fundamentos da política internacional, não raras vezes, argumentos pautados nas tradições religiosas e, por vezes, pelo senso de superioridades de algumas etnias, - até o séc. XIX, denominadas “raças” - justificavam uma série de intervenções, desrespeitando-se os direitos de os menos favorecidos buscarem seu modelo de desenvolvimento.

Você deve estar pensando: esse tipo de argumento, contextualizado no contexto atual, é possível ser acompanhado nos meios de comunicação, quando, em nome de uma suposta manutenção da Democracia, os princípios do Direito Internacional são ignorados, usando como argumentação o combate de algumas práticas hostis aos valores vigentes.

O fim da Primeira Guerra Mundial, decorrente das disputas políticas e econômicas do séc. XIX, não eliminou a **prática colonialista**. Apenas a redistribuiu de acordo com os interesses dos vencedores.

Uma situação interessante, considerando a complexidade das questões envolvidas, é o que se refere aos países do Oriente Médio. O fim do **Império Turco-Otomano** é rapidamente substituído pela intervenção européia, especialmente, Inglesa e Francesa, que agregam à sua influência os novos países que se formam a partir do desmanche do império. Ou seja, países que buscam sua identidade na constituição do mapa do Oriente Médio, logo encontram nos neocolonizadores a interferência que até hoje causa problema na formação das fronteiras, tendo em vista, o potencial energético que essa região oferecia e como isso seria administrado pelo ocidente.

Aos vencidos da Primeira Grande Guerra, especialmente, a Alemanha, o rigor da responsabilidade foi um forte estímulo à ascensão de governos centralizadores, norteados pelo revanchismo, com um fim bem conhecido por todos – a Segunda Guerra e os horrores que esta apresentou ao mundo. O fim dessa grande guerra encaminhou os estados dependentes aos moldes coloniais, para um processo de independência política.

Grande parte dos historiadores corroboram as posições de Hobsbawm, Remond, etc. de que a Primeira Grande Guerra possa ser considerada uma Guerra do séc. XIX, sendo que seus motivos residiam sobre as divergências do séc. XIX.

É importante considerar que este emerge da queda do Império Romano do Oriente, em 1453.

Essa independência política, por alguns alcançada pelos levantes, inspirados nos nacionalismos que a própria Europa lhes delegou, não significou que esses estados agora estivessem livres. Mudou a forma de exercício do poder sobre eles. Como você verá mais adiante, a política internacional recebe novos moldes no sentido de manter a interferência econômica e política nas antigas colônias.

SEÇÃO 2 - Relação entre religião, ciência e poder

As relações entre nações, historicamente construídas, sempre estiveram sustentadas em fatores de diferenças e semelhanças que moveram a vontade dos homens em conquistar e exercer o poder sobre os outros.

- Você deve estar pensando: por que tanta guerra, tanto esforço em destruir o que tão arduamente fora construído pelas sociedades?

O que parece ser algo difícil de responder e que levou a humanidade a cometer “insanidades”, continua a ocorrer em nossos dias.

As religiões e a disputa pelo poder

Como não poderia deixar de ser, ainda as religiões, em pleno séc. XXI, continuam sendo motivo para guerras. Ou seriam as religiões álibis para líderes, sedentos de poder ou mecanismos do capital reordenarem a ordem para acumularem mais? Vamos buscar entender este mecanismo no decorrer desta discussão.

Como você deve estar acompanhando, vivemos em um contexto onde parece que o fator religioso voltou com força máxima nos meandros das disputas políticas internacionais. Isto não ocorre apenas no plano global, em que vemos o crescimento das hostilidades entre grupos fundamentalistas islâmicos trazendo à pauta a ‘Guerra Santa’.

A União Européia resiste em manter restrições na incorporação de Estados de maioria islâmica, como a Turquia, com explícito apoio do Vaticano. Ou seriam apenas exigências da União Européia, ainda não cumpridas, para possibilitar sua incorporação? Os conflitos que ocorrem nos Estados europeus com o aumento das hostilidades raciais, seja em relação aos negros ou demais imigrantes não-europeus, também trazem alguns resquícios destas “incompatibilidades”?



Falar em nome de Deus, no decorrer da história da humanidade foi um dos meios mais comuns que líderes de diferentes regiões do mundo utilizaram para mobilizar pessoas para combaterem e lutarem pela hegemonia do seu grupo, que levava os mais sublimes valores e desejos do ‘Ser Superior’, aquele pelo qual tudo existe e se justifica.

Bem, o modo como historicamente os impérios têm agido em relação aos povos conquistados têm dificultado, com o passar do tempo, a manutenção do poder sobre as áreas conquistadas. O domínio helenístico e, posteriormente, o expansionismo romano, por exemplo, alcançaram êxito considerável nas suas investidas sobre as nações vizinhas e, mais adiante, sobre territórios distantes, mantendo-os sob sua tutela durante um período relativamente longo.

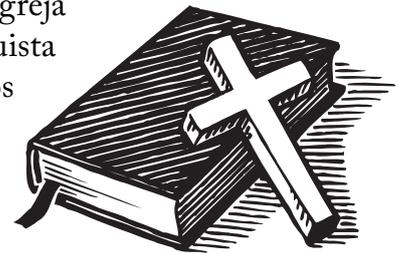
Entre os diversos fatores que podem ser relacionados para a obtenção de êxito em tais empreendimentos está a habilidade destes em conviver com a diversidade religiosa, justamente, por terem sido politeísta. Como a diversidade e a grande quantidade de deuses não incomodava os romanos, era possível conviver com diversos credos dentro do mesmo império e, acima de tudo, anulando um dos principais dispositivos de reação dos povos conquistados.

Além disso, assegurava-se uma prática político-administrativa que, com a presença de romanos no controle administrativo, contava com os serviços das principais lideranças, muitas vezes religiosas, que tinham seus interesses bem atendidos, fazendo com que não organizassem movimentos de rebeldia contra o Império. Ou seja, a ‘massa pensante’, que geralmente se envolvia com a administração da fé e das coisas materiais, estava muito bem acomodada nas estruturas do Império Romano.

- Você poderia estar se perguntando: não foi o modo de ser cristão que acabou contribuindo para a implosão do Império Romano, por meio dos valores da bondade, do perdão, da solidariedade entre outros?

Há essa possibilidade; no entanto, é significativa uma corrente de historiadores que atribuem a permanência do Império Romano ao apoio dos cristãos, uma vez que este já se encontrava debilitado há bastante tempo.

Segue-se a este período, a Idade Média, onde o fator religioso era primordial na sociedade europeia, conduzida pela Igreja Católica. As Cruzadas, através da priorização na conquista da “Terra Santa” (que também o é para os Muçulmanos e Judeus) e outras iniciativas violentas reforçaram a dimensão religiosa das relações com outros povos.



As Grandes Navegações, em termos de Política Internacional, levam a Europa, a romper com o modo de vida feudal, fechada sobre si mesma.

- No entanto, como poderia a Europa, sendo um continente pequeno, pouco povoado, tecnologicamente inferior a Impérios como a China e a Índia, dominar o mundo?

Se, por algum momento (durante a expansão do Império Romano), a Europa relegou a religião um papel secundário, dedicando-se a um exército profissional e a uma eficiente estrutura administrativa, desta vez, a religião, passará a ter um fator central para a efetivação das conquistas almejadas.

Costuma-se se dizer que a conquista do mundo pelos europeus ocorreu em nome da Cruz e da Espada. Ou seja, em nome de Deus e do Rei. É importante considerar que a população europeia do ano de 1500 girava em torno de cinco a seis milhões de habitantes. Esse contingente era bem inferior à população que vivia na América Ibérica. Portanto, a superioridade técnica, dificilmente teria alcançado tanto êxito, se fosse dispensado o ingrediente ideológico.

A catequização, através da constituição de missões que acompanhavam a expansão ultramarina, foi elemento base para a aculturação das sociedades conquistadas. Ora, toda a estrutura

cultural européia estava contida no catolicismo e, em alguns lugares, no protestantismo cristão. Tornar-se cristão consistia na incorporação da visão de mundo dos europeus, seus valores, seu modo de agir, enfim, de sua cultura.

Você pôde observar um eficiente modelo colonizador sendo estruturado na América e, também, na África e na Ásia, com maior dificuldade em regiões onde culturas milenares foram mais resistentes à imposição da cultura européia.

Séculos mais tarde, no Neocolonialismo, o ingrediente religioso novamente foi acionado como instrumento ideológico para viabilizar o “projeto civilizatório” europeu para o mundo. Segundo Remond (1976), a Europa teria o papel de contribuir para o desenvolvimento do mundo. Nestas afirmações, é possível perceber um tom de messianismo, pelo qual se justificava a presença dos países imperialistas, sobretudo, na África, considerando o desenvolvimento que estaria sendo levado a estes povos que se encontravam na miséria. Observe como, novamente, a religião desempenha papel importante. Desta vez, com maior participação do protestantismo.



É importante considerar que cidadãos europeus, oriundos das antigas colônias da África e da Ásia trazendo suas religiões, de forma mais evidente o islamismo, nesse momento, preocupam os europeus diante do crescimento dessas crenças frente sua histórica identidade cristã.



Foto: Bombeiro apaga fogo em carros no bairro de Gentilly, sul de Paris, na 12ª noite consecutiva de violência nas ruas.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/imagemdodia/dia20051108.shtml>
Acesso: 9 nov/ 2005.

Você deve ter acompanhado a onda de “rebeliões” ocorridas na França a partir da última semana de outubro e início de novembro de 2005, quando jovens, imigrantes ou descendentes de imigrantes, sobretudo africanos, começaram a desafiar as autoridades com ataques violentos por toda a França. Depois de alguns dias, estes movimentos ganharam adeptos em outros países vizinhos, como na Bélgica e na Alemanha. Entre outros fatores, cabe destacar que tais movimentos refletem uma “reação” à forma como os europeus se relacionam com estes povos.

Traços físicos e culturais distintos mantêm um distanciamento dos europeus frente a estes “novos nacionais” por meio de restrições a oportunidades iguais no mercado de trabalho, bem como da precariedade na criação de mecanismos no sentido de inseri-los às sociedades européias, sobretudo francesa, na qual este movimento chegou a níveis mais perigosos.



Sem medo de ultrapassar os limites do bom senso, podemos dizer que o problema do estrangeiro na Europa, não é novo; no entanto, passou a ser mais visível. Uma clara herança do neocolonialismo europeu na África e na Ásia, que continua sendo ignorado pelas autoridades.

“A ética protestante e o espírito do capitalismo”, uma obra produzida pelo sociólogo e economista alemão Max Weber é, sem dúvida alguma, uma das contribuições mais significativas no estudo da relação entre religião e sistema econômico.



Foto: Max Weber

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/A_%C3%A9tica_protestante_e_o_esp%C3%AAdrito_do_capitalismo
Acesso: 9 nov/ 2005.

A ética protestante, segundo Weber, levou países de cultura religiosa protestante a uma condição preponderante sobre os católicos no capitalismo, sendo que para os católicos, a devoção religiosa estava, geralmente, associada à negação dos assuntos mundanos, assim, também da organização econômica. (ARON, 2002)

A encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII, trouxe em 1891, um posicionamento bem definido da Igreja Católica Romana sobre a propriedade e as relações de trabalho. Pode ser compreendido, por um lado, como uma manifestação de preocupação da Igreja frente à difícil situação nas relações humanas que a Revolução Industrial produziu.

No entanto seus críticos vêem, nesta encíclica, o temor da Igreja frente ao socialismo, que despontava nos movimentos operários europeus com proposições consideradas perigosas para a posição da igreja e da fé. É importante salientar, considerando a histórica posição conservadora da Igreja, - com fortes vínculos, ora da aristocracia nobiliárquica e, depois, com as estruturas do capital, que estes movimentos vejam nela a manutenção do *status quo*, chamando a sociedade espoliada a se posicionar contrária ao “instrumento manipulador do sistema” que aliena os trabalhadores.

O marxismo, corrente mais conhecida desses movimentos, afirmava que a religião era o ópio que fazia adormecer a razão e mantinha o povo servil ao poder da burguesia. É importante considerar que o Concílio Vaticano II (1962-1965) deu um passo significativo em aproximar a Igreja à sociedade, ampliando sua discussão para questões sociais, em busca de mecanismos concretos para o desenvolvimento dos fiéis.

A Igreja posicionou-se, a partir desse Concílio, fazendo crer que estivesse fazendo uma “opção preferencial pelos pobres”. Esta aproximação das questões já gerou algumas situações embaraçosas aqui no Brasil, quando a militância de muitos religiosos implantou essa prática, aproximando-se, muitas vezes, ao marxismo, então virtual adversário da Igreja no mundo socialista. Basta lembrar Leonardo Boff, Frei Beto, entre outros que foram censurados.



Também é importante considerar que essas iniciativas de envolvimento na base dos problemas sociais, surtiram resultados efetivos: a pastoral da criança, a pastoral da terra, etc. A Pastoral da Terra, foi além dos objetivos iniciais, criada às bases do Movimento dos Sem Terra (MST), conhecido como um dos movimentos sociais de base mais importantes do mundo, na atualidade.

Hoje sabemos que o ingrediente religioso é indissociável do poder. Basta observar que o fato religioso está sendo fortalecido em todo o mundo. Esta percepção não está atrelada apenas aos conflitos que envolvem fundamentalismos religiosos, mas também, refletem na busca por uma identificação em um contexto conturbado vivido na atualidade.



A ciência, enquanto poder e sua relação com o poder

- Você dá credibilidade diante da apresentação de algo que se coloca como uma verdade?

Somos diariamente bombardeados por “verdades” que buscam mostrar-nos a forma mais saudável de viver, o modo correto para tornar-nos pessoas bem sucedidas, para conquistarmos ou mantermos nosso grande amor, ou mesmo para encontrar-nos com Deus, nas suas mais diversas formas.

Qual é nossa postura, quando os argumentos contemplam alguns chavões tipo: “isto foi cientificamente comprovado”, “foi publicado pela revista científica tal”, “é um estudo da universidade tal”, ou mesmo foi dito pelo fulano de tal, que é a maior autoridade no assunto.

No entanto, a própria “verdade científica” é culturalmente construída. Todavia, percebemos que nas últimas décadas, a ciência ocupa um lugar sempre mais notável junto às demais formas de conhecer.

- Você deve estar se perguntando: o que tem isto a ver com Política Internacional?

Com certeza, muito. Os meios utilizados por governos, empresas, intelectuais para convencerem que seus propósitos são mais adequados do que outros partem da possibilidade de responderem às principais indagações humanas.

Vamos exemplificar a partir de uma situação conhecida de tal influência.

O darwinismo, enquanto uma explicação da dinâmica da vida, a partir da observação da evolução das espécies, sustentada em métodos cientificamente aceitos, influenciou na criação de fundamentos que justificaram a busca por uma ‘raça pura’. Veja a posição de um cientista do final do séc. XIX e início do séc. XX, a respeito do problema que os colonizadores alemães enfrentavam com os índios Xokleng, em Santa Catarina.

Se se quiser poupar os índios por motivos humanitários é preciso que se tomem, primeiro, as providências necessárias para que não mais perturbem o progresso da colonização. Claro que todas as medidas a empregar deve colocar-se sobre este princípio: em primeiro lugar se deve defender os brancos contra a raça vermelha. Qualquer

catequese com outro fim não serve. Por que não tentar imediatamente? Se a tentativa não der resultado algum, satisfizeram-se as tendências humanitárias: então, sem mais prestar ouvidos às imprecisas e ridículas de extravagantes apóstolos humanitários, proceda-se como o caso exige, isto é, exterminem-se os refratários à marcha ascendente da nossa civilização, visto como não representam elemento de trabalho e de progresso (VON IHERING, In: RIBEIRO, 1982:130).

Nesse exemplo fica evidenciado o papel ideológico da religião na catequização e o valor do progresso diante da manutenção de uma sociedade (no caso a sociedade indígena) que, segundo o mesmo pesquisador, mostra evidências de ser inferior e que, no progresso, será engolida pelos mais adaptados (no caso, os europeus).

- Por outro lado, se perguntarem para você quais são os países mais ricos do mundo e quais os fatores que lhe permitem tal condição, o que você responderá?

Poderíamos afirmar que a pujança de suas economias decorre do alto grau de competitividade, suas riquezas naturais, entre outras coisas. As riquezas minerais e mesmo da fertilidade de seu solo, ainda são aspectos relevantes. Se esses fossem os valores fundamentais, poderíamos perguntar o motivo pelo qual o Brasil não se encontra no topo, não é?

Sem dúvida alguma, também outros países sul-americanos e africanos figurariam na lista dos mais ricos.

No entanto, a capacidade de transformação, agregada à tecnologia, determina o grau de valorização dos produtos e serviços em escala interna bem como global. Não é mais concebível pensar em desenvolvimento sem focar os olhos na qualificação e especialização dos profissionais, através de um plano mais amplo de educação. Em países pobres e desenvolvidos, esta discussão ocupa destaque nas campanhas políticas e nas discussões sobre desenvolvimento. No entanto, apenas em um reduzido número de países estes planos são efetivados.

Isto significa que, mesmo a ciência não sendo a única forma de conhecer, seu papel sempre tem crescido mais no sentido de desenvolver as economias.

Os movimentos das idéias que convergiam no rompimento com as práticas medievais sustentados no poder da Igreja, faziam do Iluminismo a grande fonte das aspirações daqueles que vislumbravam uma nova ordem das coisas. O racionalismo e o empirismo buscam a inserção do indivíduo no centro das relações de poder, focadas no resgate do pensamento clássico, criando as condições para o desenvolvimento da ciência.

A Revolução Industrial, resultante dos avanços científicos, aliada ao capitalismo, sua necessidade de renovação e criação de meios para gerar mais lucro, coloca a ciência na linha de frente para a busca do controle hegemônico. Segundo Augusto Comte, a ciência como a nova forma de conhecer, e a indústria, como expressão da capacidade humana de criar, estariam rompendo com a ordem teocêntrica-militar, que estava sustentada na ignorância da fé e insanidade da destruição da guerra. Muito mais do que propiciar a inovação, a ciência aparece como uma nova forma de conceber as coisas, centrada na satisfação das necessidades individuais e no progresso (ARON, 2002).

A ciência, o saber, as inovações, a curiosidade diante do novo passam a nortear uma nova forma de vida, que começa a ser vista como uma outra via do progresso. Periféricos aos grandes benefícios do período das grandes navegações, quando não alcançaram tanto êxito como os ibéricos, os ingleses destacam-se no controle dos mares, onde através da pirataria e, posteriormente, com o neocolonialismo, criam as bases para a busca de suas matérias-primas e mercados consumidores. A crescente hegemonia no comércio e transporte faz com que a Inglaterra assuma uma posição privilegiada no comércio mundial.



Você deve estar lembrando da forte influência que a Inglaterra teve na América do Sul. Diferente do Brasil, onde passou a contar com a abertura dos portos em 1808, com a vinda da Família Real em fuga das invasões napoleônicas, nos demais países sul-americanos, teve grande infiltração na pirataria, desrespeitando o Pacto Colonial fixado entre Metrôpoles e Colônias.

No caso de Portugal, já se encontrava em situação de dependência acentuada, servindo tanto de intermediário no fluxo de metais preciosos vindos do Brasil para o pagamento da tal dependência para com a Inglaterra, quanto do comércio de produtos industrializados.

A Revolução Científico-Técnica, ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial tem destacado seu papel.

A natureza das mudanças que vêm ocorrendo na fase atual do desenvolvimento das civilizações e culturas contemporâneas na direção de uma civilização planetária deve-se definir a partir do papel novo e radicalmente distinto que o conhecimento científico ocupa na organização das atividades produtivas. O conceito de revolução científico-técnica (RCT) tenta articular essas mudanças numa visão integrada (SANTOS, 1994).

A Ásia primeiramente com o Japão, depois com os Tigres Asiáticos e, mais recentemente, com o *boom* econômico experimentado pela China e seguido pela Índia, mostraram que, além de oferecer atrativos para os grandes investidores internacionais, a elaboração de políticas agressivas de produção tecnológica, propiciam condições para o desenvolvimento a taxas de crescimento altas, por longos períodos. Os olhos do Ocidente é que se voltam para a Ásia, considerada em sua maioria, o grande bolsão de pobreza, com alta densidade demográfica.

Sempre mais, a ciência, por meio da atualização e produção de novos saberes, se posiciona no centro das relações internacionais. A política internacional, mais do que pela força bélica, tem o poder econômico das novas tecnologias como prioridade em suas relações. Os países imperialistas utilizam-se do poderio bélico-militar como o meio para atender aos seus interesses dentro da ordem que lhe convém.

Também não basta apenas o país apresentar uma economia industrializada, quando grande parte dos recursos são despendidos com *royalties* e emissão de remessas para os países sede das grandes companhias mundiais.

A busca, sempre maior, ocorre alcançar o grau de produtores de tecnologia. Para tanto, faz-se necessária, a criação de políticas de educação e profissionais em alto grau, fomentando a inovação tecnológica.



Síntese

A compreensão crítico-científica das relações de poder na esfera internacional depende de uma profunda análise dos fundamentos sobre os quais estão constituídos. Percebemos que as diretrizes que orientam a política internacional têm como base a cultura clássica greco-romana e a ética judaico-cristã. Percebemos também que a hegemonia desse modo de política internacional está presente desde os séculos XV-XVI, passando por adequações, de acordo com os contextos históricos e suas peculiaridades.

Você estudou que é indissociável compreender a relação entre a religião cristã com a política internacional europeia a partir da sua iniciativa internacionalista, quando a Europa une a Cruz e a Espada durante as Grandes Navegações, para empreender seu modelo expansionista sobre o mundo. Novamente, no Séc. XIX, às necessidades para atender as motivações imperialistas, em ocasião da Revolução Industrial, a Europa parte para o Neocolonialismo. Grande parte da África, Ásia e Oceania estava sob sua tutela. Para o subsidio ideológico, a Europa, conta com as religiões cristãs através de ações missionárias-catequéticas.

Você acompanhou também, como a ciência, aliada ao capital, opera na estruturação e manutenção do poder, relacionando sua dinâmica com os poderes tradicionalmente constituídos. Rompida a ordem neocolonial ao final da Segunda Guerra Mundial, os países ricos mantêm sua relação de poder, aos agora emancipados. As estruturas políticas, aliadas à políticas econômicas alicerçadas na agregação tecnológica, impõem uma ordem competitiva, inatingível para os que não dispõem de meios científicos. A produção tecnológica é o principal suporte de barganha na política internacional, a partir da hegemonia da revolução científico-técnica.



Atividades de auto-avaliação

- 1) Quais foram os motivos para que Portugal e Espanha despontassem como as duas primeiras potências do mundo moderno?

- 2) Explique como a Europa obteve êxito na sua política expansionista, a partir dos Séc. XV e XVI?

3) Qual o papel da ciência como instrumento de poder na política internacional, a partir da Revolução Industrial?



Saiba mais

Leituras complementares

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o Breve século XX 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNT; SHERMAN. **História do Pensamento Econômico**. 3. ed. Petrópolis:Vozes, 1982.

KENNEDY, Paul. **A ascensão e a queda das grandes potências: transformação econômica e conflito**

REMOND, René. **O Século XIX: de 1815 a 1914**. São Paulo, Cultrix, 1974.

_____. **O Século XX: 1914 aos dias atuais**. São Paulo, Cultrix, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

UNIDADE 2

2

Política internacional a partir da Segunda Guerra Mundial



Objetivos de aprendizagem

- Compreender os sistemas políticos mundiais, a partir das transformações nas relações internacionais decorrentes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria.
- Fomentar reflexões sobre os desafios da Política Internacional em um mundo globalizado, fundado em princípios democráticos e de economia de mercado, com o desafio de buscar desenvolvimento auto-sustentável, solucionando problemas de ordem global.



Seções de estudo

- Seção 1** O equilíbrio do poder e as potências mundiais.
- Seção 2** Liderança ideológica e poder bélico.
- Seção 3** As companhias multinacionais e o papel do Estado.



Para início de estudo

O entendimento acerca da ordem política internacional apresenta-se como um dos grandes desafios da sociedade contemporânea. O interesse por acontecimentos externos, com suas conseqüências no estabelecimento de uma ordem mundial, é crescente. Estudiosos, Estados, Universidades e muitos outros organismos esforçam-se para buscar o conhecimento sobre as relações entre as nações e sua interdependência.

Você já constatou, em estudos anteriores, que o Estado Nacional Moderno é o principal ator das relações internacionais e o principal objeto no âmbito da Política Internacional. Dessa forma, ao se descreverem as estruturas básicas da ordem internacional, verificando-se que ela se compõe de diferentes formas de ordenamento da “anarquia”, o importante nesta Unidade é que você reconheça que atitudes e decisões no âmbito da Política Internacional fazem parte do dia a dia da sociedade, desencadeando a tomada de decisão dos países.

SEÇÃO 1 - O equilíbrio do poder e as potências mundiais

Sociedade internacional e atores internacionais

Para que você compreenda os conceitos de **equilíbrio de poder** e **potências mundiais**, inicialmente é necessário caracterizar a sociedade internacional.

Oliveira (2001, p.138) cita os autores Bull Hedley e Adam Watson em sua definição de **Sociedade Internacional**, observe:

... **um grupo de Estados** que, entretanto, se não formam um sistema de comportamento único, mas **que através do diálogo e do consenso de regras e de instituições, organizam suas relações, tendo em vista interesses que os ligam em torno de certos acordos, pactos e princípios** como o cumprimento dos tratados, declarações éticas comuns e tradições artísticas comuns.

Assim a existência de elementos culturais comuns [...] facilitaram a comunicação entre os membros dessas sociedades, as quais sentiram-se reforçadas ainda através de elementos comuns de valores religiosos, éticos de códigos de princípios morais, criando dessa forma um sentimento de obrigação comum.

Você pode observar, com o conceito acima, que a Sociedade Internacional é formada por Estados Soberanos, sendo estes os principais atores.

- *Mas o que você entende por atores internacionais?*



Atores Internacionais são as unidades que compõem a sociedade internacional (entidade, grupo, indivíduo), as quais gozam de habilidade para mobilizar recursos que permitem alcançar seus objetivos; que têm capacidade de exercer influência sobre outros atores e que possuem certa autonomia.

São exemplos: os Estados; organizações intergovernamentais; ONGs; empresas multinacionais.

Como características dos atores internacionais, segundo BRETHERTON (1999), tem-se:

- Compromisso compartilhado com um conjunto de valores e princípios superiores.
- Habilidade de identificar prioridades políticas e formular políticas coerentes.
- Habilidade de efetivamente negociar com outros atores no sistema.
- Dotação e capacidade de utilizar instrumentos de política.
- Legitimação doméstica de processos decisórios e prioridades relativas à política externa.

A Sociedade Internacional é, portanto, constituída por um conjunto de atores, cujas relações formam uma configuração de poder, na qual se produz uma rede complexa de interações, de acordo com regras determinadas.



Mas, mesmo tendo os Estados como os principais atores da Sociedade Internacional, o desenvolvimento de Organismos Internacionais, a globalização da economia e o reforço das empresas transnacionais vêm desafiando o papel do Estado como ator privilegiado neste cenário.

Potências mundiais

A Sociedade Internacional é, portanto, constituída de diversos atores, e os Estados exercem um papel de protagonistas nessa realidade. Além disso, esses atores fazem com que as relações internacionais sejam sempre dinâmicas.



Assim, os Estados podem exercer **maior ou menor influência global**, dependendo de sua capacidade de intervenção em **assuntos internacionais** e também de seu **poder**. A partir daí, surge a classificação dos Estados em Superpotências, Potências Mundiais e Médias Potências.



Potências mundiais, ou grandes potências, são aqueles Estados que possuem **interesses e poder** em todo o mundo, **impondo sua estrutura funcional** na Sociedade Internacional mediante questões **econômicas, sociais, políticas e ideológicas**.

São exemplos a Grã-Bretanha no final do século XIX, quando do seu processo de industrialização e advento econômico.

As **Superpotências** têm como características praticamente as mesmas das Potências Internacionais, acrescentando-se aí “a capacidade e vontade de exercer uma hegemonia absoluta no marco de uma sociedade mundial, mediante a **disponibilidade de um poder militar de natureza nuclear**, suscetível de provocar uma guerra de destruição maciça e simultânea...” (CALDUCH, citado por OLIVEIRA, 2001. p. 148).

Esse termo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial.

São exemplos os EUA e URSS após a Segunda Guerra Mundial.



Já as **médias potências** não exercem poder em nível mundial mas sim em nível **regional**, intervindo também através de seu poder econômico, político, social e ideológico, mas em uma área mais restrita.

São exemplos o Brasil e sua influência econômica e política na América Latina.

Os Estados caracterizados como potências, por meio de seus mecanismos de intervenção e influência, acabam por definir a conformação de poder na sociedade internacional.

0 Equilíbrio de poder e suas relações

A **Segunda Guerra Mundial**, a qual você já estudou na disciplina de Geopolítica, trouxe conseqüências trágicas para as sociedades de praticamente todos os continentes. Entretanto, foi através dela que a vontade de se instaurar uma situação de paz duradoura e mundial emergiu em todo o globo. No entanto, o período pós-guerra trouxe uma rivalidade entre as superpotências - Estados Unidos e União Soviética – nascendo desse confronto o período da **Guerra Fria**.



Nesse período, o poder na sociedade internacional é definido com a Guerra Fria, surgindo a **ordem bipolar mundial**; esta, além de traçar novo mapa de forças geopolíticas, acirrou, no período, a competição entre os Estados e dividiu o mundo em **duas zonas de poder**.

A Guerra Fria configurou a situação de manutenção da ordem bipolar porque as duas superpotências envolvidas queriam evitar o surgimento de novas forças políticas que pudessem colocar em risco sua influência mundial.

- *E onde aparece o equilíbrio de poder?*



A característica mundial inerente à Segunda Guerra, configurando a ordem bipolar da Guerra Fria, é um exemplo de equilíbrio de poder.

Sabendo-se que há sempre um conflito de interesses nas relações de poder, considera-se o **equilíbrio** como sendo um estado de igualdade, quase absoluta, de forças opostas, isto é, o equilíbrio não significa necessariamente que a Ordem Mundial seja de equidade de poder entre as nações, mas sim equidade de forças.

Para melhor caracterizar essa questão, vale relembrar os conceitos de Poder e Força:



Segundo Walter Jones (1988), pode-se dizer que o **poder** é a **viabilidade de meios**, de acordo com a **vontade de determinado agente**, a fim desse mesmo agente alcançar um **objetivo**.

- Diante disso, qual seria então o conceito de força? Observe:



Força é a potencialidade que um agente possui, ou seja, é a quantidade de recursos disponíveis. Assim, a força interage com o poder, a partir do momento em que o poder mobiliza os recursos para alcançar seus objetivos. Os dois conceitos estão correlacionados, mas força não pode ser confundida com o conceito de poder. (ARON, p.109)

- Observe o conceito de força se observado através da ótica da política internacional:



Na Política Internacional, o **poder** pode ser considerado ainda como "a capacidade de um agente das Relações Internacionais para usar recursos e valores materiais e imateriais de maneira a influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito". (JONES, 1988, p. 257)

No entanto, esse equilíbrio se deu em uma sociedade, constituída por vários países, distintos entre si.

- Pensando assim, então, como dois países conseguiram a equidade de forças durante todo esse período?

No âmbito da Política Internacional, não há um único poder superior aos Estados, sendo que **a maior caracterização da chamada ordem internacional é a própria anarquia.**



A **anarquia internacional** consiste na **falta de um único poder mundial** que normalize as relações entre os Estados, os quais por sua vez são soberanos. Desse forma, a ordem internacional surge dessa anarquia, em que o equilíbrio de poder acaba prevalecendo nessa ausência total de normas comuns entre os Estados.

Deve-se observar ainda que a idéia de uma ordem mundial está diretamente ligada aos conceitos de potência ou superpotências internacionais. O equilíbrio de poder, portanto, pode ser considerado provisório, pois depende diretamente das relações de forças entre os Estados.

Sendo assim, mesmo com equilíbrio, ocorre conflito de interesses nas relações de poder mundiais. Verifica-se isso nos anos pós-guerra, marcados por um difícil período de coexistência entre as duas maiores potências diante de suas diferenças ideológicas. A Guerra Fria, que durou mais de quatro décadas, instaurou uma nova ordem internacional caracterizada por um sistema bipolar.



Bipolaridade ou Multipolaridade?

Bipolaridade e Multipolaridade constituem a tipologia do poder. A Bipolaridade ocorre quando o poder se concentra em dois países caracterizados como superpotências, como na Guerra Fria. Na Política Internacional, antes da Segunda Guerra Mundial, o mundo era multipolar, porque o poder estava centralizado entre vários países, sendo que o mesmo ocorre atualmente.

SEÇÃO 2 - Liderança ideológica e poder bélico

Você pôde observar, na seção 1, que as superpotências são aquelas que detêm o poder e a influência na sociedade internacional em vários aspectos, incluindo as questões de armamento e poderio militar/nuclear.

Além disso, você teve a oportunidade de estudar, na disciplina de Geopolítica, as Teorias que envolvem os paradigmas das relações internacionais, como o Realismo, a Dependência e a Interdependência.

Para efeitos de estudos relativos ao Poder Bélico, vamos relembrar os fundamentos do Realismo:

- Os Estados são os principais atores das Relações Internacionais;
- Os Estados possuem interesses nacionais permanentes;
- As relações internacionais não são pautadas pela Moral, e a principal questão é antípoda: **Guerra e Segurança**.

Entre vários temas da Agenda Internacional, a **segurança nacional** é a que recebe maior atenção. Com base nessas características, os realistas ainda afirmam que, quando não há guerras entre duas democracias relevantes do sistema internacional, uma paz deveu-se a uma situação clara de equilíbrio de poder entre as superpotências.

A Guerra Fria e as questões de segurança mundial

As relações internacionais sofreram grandes modificações com a Segunda Guerra Mundial. O lançamento de bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki fez com que o mundo percebesse a importância do Poder Bélico na condução da Sociedade Internacional.

A Guerra Fria aparece, estabelecendo a bipolaridade, liderada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Nesse período, inicia-se também a **corrida espacial**, com o lançamento do satélite soviético Sputnik, em 1957, e com o envio do homem à lua, pelos americanos, em 1969. Cada um desses países, portanto, inicia também o processo de mostrar a todo o globo seu poderio tecnológico, armamentista e de destruição.



Figura 2.1: O foguete Norte-Americano, Apollo, levou o homem à lua pela primeira vez.

Fonte: <http://www.sti.nasa.gov/tto/apollo.htm>

Com isso, o que deteve o conflito direto entre EUA e URSS foi justamente a possibilidade da aniquilação mútua. Por isso, a partir dos anos 60, a política externa desses dois países começa a se modificar, buscando negociações com o intuito de preservar suas próprias seguranças nacionais. Progressivamente o arsenal nuclear dos dois países foi diminuindo também através da assinatura do **Tratado de Não-Proliferação Nuclear, em 1968 e dos Tratados Start I e II, em 1991**, que consistia em um acordo bilateral, sobre o mesmo assunto entre os dois países citados.

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos, então como única potência mundial hegemônica, iniciam uma política de acabar com o arsenal nuclear mundial. Entretanto, alguns países, que também visavam suas Seguranças Nacionais, continuaram investindo em tecnologia nuclear.



Exemplo disso foi a França e a China, que realizaram testes sob a alegação de que necessitavam manter suas pesquisas sobre o assunto. Além deles, a Índia e o Paquistão também buscaram desenvolver a tecnologia nuclear.

Dessa forma, o controle do uso de tecnologias nucleares, em conformidade com a realidade mundial pós-Guerra Fria se relaciona diretamente com a política externa das superpotências, interagindo com as questões de poderio econômico, imprimindo a influência direta nos jogos de Poder da Nova Ordem Mundial Multilateral.



Com o desenvolvimento nuclear, as guerras no século XXI têm menos probabilidade de produzirem vencedores, devido à interdependência dos países e às armas letais. Sendo a segurança um objetivo permanente dos Estados e da Sociedade Internacional, é o momento de se reexaminarem as idéias predominantes de como preservar a paz e garantir a segurança das pessoas, e de como desenvolver meios mais eficazes de proteger as relações políticas entre os Estados. Assim, o conceito de segurança deve ser ampliado, passando a abranger, além da segurança dos Estados, a das pessoas e do planeta.

A realidade é que a alta-tecnologia desenvolvida em armamentos tornou ilusória a segurança oferecida pelas fronteiras nacionais. Os esforços das grandes Potências Internacionais, a fim de preservarem seu domínio militar, estão estimulando Potências Médias a adquirirem a mesma tecnologia.

Assim, as relações entre os Estados, no que se refere à Segurança, estão diretamente relacionadas à problemática entre Segurança e Força. Observe:



A máxima utilização da força não necessariamente traz segurança ao Estado. Por vezes, o aumento de força de um Estado pode fazer com que ele tenha um enfraquecimento relativo de sua segurança. Exemplo disso foi o próprio fim da Segunda Guerra Mundial, que não trouxe segurança aos EUA e à URSS, superpotências econômicas e bélicas, iniciando assim a Guerra Fria.

Conclui-se que o maior temor da Política Internacional entre os Estados são as questões relativas ao Poder Militar dos países.

Portanto, a segurança, na Política Internacional, pode fundamentar-se :

- na fraqueza dos adversários;
- na própria força;
- pelo estabelecimento de uma nova relação de forças;
- pela modificação da relação existente com outros países.

A Guerra Fria e o poder ideológico

A Guerra Fria, além das questões armamentistas nucleares, enfatizou as relações ideológicas entre os Estados, dividindo o mundo entre Socialistas e Capitalistas. Havia, tanto do lado norte-americano quanto do lado soviético, a nítida intenção de impor valores, poder e de manter o *status quo*; uma aceitação do equilíbrio de poder entre as Superpotências mediante a dicotomia ideológica.



A Política Internacional caracteriza-se ainda pela incessante busca do Poder. Sendo assim, a **ideologia** é marcada, entre outros fatores, pelo **estabelecimento direto de novas idéias políticas, novas interpretações de soberania, legalidade, territorialidade e autonomia**. Essas idéias são pregadas por Estados através do próprio poder que exercem sobre os demais países, seja este poder econômico, bélico ou mesmo ideológico. São idealizadas verdades, que são divulgadas como sendo o meio de prosperidade e segurança.

- Mas como os EUA e a URSS, através de sua força, se destacaram no cenário internacional mediante a influencia ideológica?

Ambos venceram a Segunda Guerra Mundial. Com a Europa devastada, os Estados Unidos se mantiveram com sua população e seus parques industriais intactos, fazendo com que seu advento econômico se sobressaísse na Sociedade Internacional. Já a União Soviética se destacou por sua Força Militar que expulsou os Alemães de seu território. Verifica-se que os dois países tiveram a oportunidade de demonstrar, com a Guerra, todo o seu Poder de influência e defesa.

A partir de então, as duas Superpotências iniciaram a Guerra Fria, cada uma divulgando a necessidade preeminente de defesa e caracterizando uma a outra como inimigas. Quem se alinhava ao capitalismo, ao livre mercado, estava subjugado aos objetivos americanos, que consistiam no controle do mercado mundial, e os países que se alinhavam, o faziam sob a perspectiva de defesa contra o inimigo: a União Soviética.



O mesmo ocorria com aqueles que adotavam o Socialismo como meio de organização política-estatal. Diferente dos Estados Unidos, a União Soviética objetivava a revolução social pela tomada de poder em cada país, mantendo o controle do Estado. Pode-se considerar ainda que os Estados Unidos mantiveram o controle do Estado de alguns aliados, por meio de políticas econômicas e de financiamento, mas sem a intervenção direta.

Por fim, observa-se que os Estados não desejam ser apenas fortes para desencorajarem seus adversários, eles podem adotar uma política externa para imprimir medo, respeito e admiração na sociedade internacional e com isso fazerem com que outros Estados se submetam às suas regras.

SEÇÃO 3 - As companhias multinacionais e o papel do Estado

Mudanças de padrão a partir da Segunda Guerra Mundial

O aparecimento das Companhias Multinacionais ou Empresas Transnacionais aconteceu em meados dos séculos XIX e XX. Esse fenômeno se consolidou principalmente nos Estados Unidos e nos países Europeus. Se você observar o contexto histórico, esses foram os períodos marcados pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais, bem como pelo advento da Guerra Fria.

Ao contrário do que se possa imaginar, as Guerras trouxeram vantagens para a sociedade internacional. Certamente não se defende, nesse contexto as questões de direitos humanos e motivações políticas, mas sim o advento tecnológico e científico que foi alcançado neste período.

Durante a Primeira Guerra Mundial, devido à devastação do continente europeu, as empresas lá situadas entraram em colapso econômico. Aliando-se o advento tecnológico e a expansão econômica americana, esse cenário foi promissor para a ampliação e instauração de Companhias dos Estados Unidos. Mesmo com a Grande Depressão Econômica de 1929, que abalou os mercados financeiros mundiais, principalmente o americano, a necessidade de evolução e desenvolvimento foi a propulsão para a expansão de sua indústria além fronteiras.



Destaca-se ainda que, nas primeiras décadas do Século XX, avanços científicos, bem como o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, facilitaram a implementação das Companhias Multinacionais.

Entretanto, foi logo após a Segunda Guerra Mundial, em função de questões de política internacional e principalmente por conseqüências econômicas, que se consolidou de vez a Transnacionalização de Empresas. A partir do Plano Marshall (plano americano de auxílio financeiro à reconstrução da Europa) e da Rodada do Uruguai do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), em 1947, houve a progressiva liberalização dos intercâmbios comerciais, e os americanos inseriram suas empresas principalmente na Europa, Canadá e nos países da América Latina.

Além disso, vale ressaltar que foi estabelecido o sistema padrão de câmbio, com a moeda americana, o Dólar, ocupando lugar privilegiado nos meios de pagamento internacionais, facilitando os investimentos de suas empresas em qualquer país do mundo.

Mas, para melhor compreensão da influência das Companhias Multinacionais como importantes atores do cenário internacional, interagindo diretamente com os Estados, é importante relembrar os paradigmas de Dependência e **Interdependência**, que diferentemente dos realistas não caracterizam os Estados como sendo os principais atores das relações internacionais.

A Teoria da Dependência é alicerçada nas questões de distribuição de renda, as quais dividem o mundo em “países de centro” e “países de periferia”. A escassez de recursos faz com que ocorra na sociedade internacional o estabelecimento de grandes diferenças econômicas entre os Estados, deixando alguns países à parte da realidade mundial.

Para os Interdependentes, é a distribuição dos fluxos econômicos que dissemina o poder no mundo, o qual é naturalmente multipolar. A ênfase acontece no Poder Econômico e com isso surge uma necessidade de implementação e avanço de outros atores internacionais, como as Organizações e Organismos Internacionais (ONU, OTAN, OEA e ONGs).



Ressalta-se, portanto, com base nessas duas vertentes teóricas, que o elemento de regulação da Política Internacional é o mercado. O cenário econômico internacional é que vai gerar as possibilidades de instalação de fábricas ou mesmo de novas tecnologias, isto porque, diferentemente dos Estados, as Companhias Multinacionais visam à acumulação de capital, através da geração de lucro com baixos custos.

Nessa ótica, observa-se que essa mudança no cenário econômico pós-Guerra teve como consequência o deslocamento do processo industrial. Com isso, de acordo com Oliveira (2000), **as empresas estão suplantando os tradicionais atores internacionais: os Estados.** Isso ocorre porque muitas dessas companhias já atingiram dimensões financeiras iguais a de muitos países ou até mesmo superiores. Dessa forma as questões relativas ao Poder Econômico se deslocam, criando uma nova crise internacional entre os referidos atores.

Mas, há que se destacar o papel primordial do Estado, o qual ainda domina o cenário político, mesmo que este esteja a mercê do cenário econômico. **A intervenção do Poder Político do Estado continua sendo decisiva,** enquanto que **as empresas transnacionais se caracterizam como agentes dinamizadores da ordem mundial.**

Além disso, alguns analistas, com foco para as relações econômicas, atentam para o papel das empresas transnacionais e de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio. As companhias acabam ocupando posição destacada no funcionamento do sistema econômico internacional juntamente com Estados e organismos internacionais, mas em posição privilegiada de protagonista devido ao seu forte poder econômico.

Atualmente o sistema de produção está cada vez mais globalizado. Enquanto os consumidores surgem em todos os cantos do mundo, novos mercados, emergentes e ansiosos por consumir, fazem com que ocorra a expansão das empresas capitalistas dos países ricos para outros países, bem como as empresas com sede em países emergentes expandem suas unidades de produção.

Com isso surge a divisão internacional do trabalho, a exploração máxima de recursos naturais para a produção, enfatizando a competição entre países e até mesmo entre regiões, que buscam o capital externo para seu desenvolvimento interno.

Sabe-se que novos países industrializados surgiram após a Segunda Guerra e receberam investimentos diretos de alguns países desenvolvidos. Entretanto, deve-se destacar que o capital internacional e os investimentos ocorrem, geralmente, em um cenário que apresente mercado consumidor potencial, recursos naturais, possibilidade de remessas de lucros ao exterior (ou a empresa-sede), mão-de-obra barata e incentivos fiscais.



Finalizando, observa-se que a atual ordem econômica mundial é a soma das ações dos diversos atores do sistema internacional. As Organizações Não-Governamentais representam os interesses das pessoas e das minorias na Sociedade Internacional, enquanto que os Estados possuem um papel de executores de políticas de desenvolvimento econômico e social de suas Nações. Já às empresas transnacionais cabe o papel de desenvolver a sociedade através de um comércio justo e equitativo.

Mesmo com o objetivo final de obtenção de lucros, a criação de negócios e o favorecimento de trocas comerciais devem ter base legal e proporcionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social.



Síntese

Com o objetivo de estimulá-lo a compreender os sistemas políticos mundiais, a partir das transformações nas relações internacionais decorrentes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, esta Unidade tratou de delinear como se dá o Equilíbrio de Poder na Sociedade Internacional.

Através da compreensão do papel dos Atores Internacionais, principalmente o Estado e as Companhias Multinacionais, identificou-se a complexa relação existente entre eles, configurando o poder mundial.

Nesse contexto, insere-se também o poder de envolvimento de organismos internacionais que, juntamente com a globalização da economia e o advento das empresas transnacionais, vêm desafiando o papel do Estado como ator privilegiado nesse cenário.

Entretanto, o Estado ainda exerce papel primordial no mundo. A Nova Ordem Internacional, estabelecida após a Guerra Fria, destacou diferentes tipos de conflitos de interesses, os quais possuíam características únicas em um mundo bipolar. Atualmente questões, como segurança nacional, poder bélico e poder econômico, continuam destacando o Estado como sendo o principal interventor das relações de poder e política no globo, enquanto que as empresas transnacionais dinamizam a ordem e a economia mundial.



Atividades de auto-avaliação

1) Existe atualmente uma nova ordem internacional ou uma desordem (anarquia)? Quais são os traços marcantes nessa nova (des)ordem internacional?

2) Caracterize a Nova Ordem Mundial, destacando o papel do Estado e das Empresas Transnacionais.

3) É possível haver desenvolvimento para a sociedade mundial, a partir de um conflito bélico? Justifique sua resposta.



Saiba mais

Periódicos:

Revista Política Externa, Editora Paz e Terra:
www.politicaexterna.com.br.

Editora RelNet: www.relnet.com.br. Site com artigos, livros e discussões sobre Política Internacional.

Livros:

DOMINGUES, Thiago e Outros (Org.) **Relações Internacionais. Temas Contemporâneos**. Florianópolis: Palotti, 2003.

Política internacional e globalização



Objetivos de aprendizagem

- Fomentar reflexões sobre os desafios da Política Internacional em um mundo globalizado, fundado em princípios democráticos e de economia de mercado, com o desafio de buscar desenvolvimento auto-sustentável, solucionando problemas de ordem global.



Seções de estudo

- Seção 1** A Democracia diante da economia de mercado global: o quadro da América Latina.
- Seção 2** Os Blocos Econômicos e o futuro da globalização: o Brasil e a integração regional.
- Seção 3** Novos temas de política internacional: problemas globais do desenvolvimento.



Para início de estudo

Quais são as questões mais relevantes para o desenvolvimento das Nações na atualidade? Você estudou nas unidades 1 e 2 a influência dos Estados, das Empresas Transnacionais e a formação do Sistema Internacional. Nesta unidade, você terá oportunidade de conhecer alguns fatores importantes e que influenciam a vida das pessoas através da difusão da globalização.

É importante, portanto, estudar os fatores democráticos do Estados e, principalmente, qual o papel do Brasil neste contexto de integração regional e inserção internacional, além de destacar alguns problemas e conflitos inerentes à evolução da sociedade mundial.

Preparado? Então siga em frente!

SEÇÃO 1 - A democracia diante da economia de mercado global: o quadro da América Latina

A conquista da democracia

Sempre quando falamos de democracia, pensamos em uma sociedade organizada em que todos têm direitos, e estes são respeitados. No entanto, em nosso dia-a-dia vemos que, mesmo sendo os indivíduos iguais perante a lei, o exercício das liberdades não é igual para todos.



A democracia lembra-nos a Grécia, em uma dimensão mais restrita e dos movimentos políticos do séc. XIX, onde a busca por maior participação política por meio do Sufrágio Universal movia trabalhadores em busca de uma sociedade mais justa.

É importante considerar que, a democracia liberal, almejada pelas camadas **intermediárias** da sociedade, trazia implicitamente a promessa de melhores condições de vida. A dificuldade em conquistá-la, contudo, logo se seguiu a uma percepção que o simples fato de terem direito à participação política, não lhes garantia o suprimento de suas necessidades.

As classes médias que apareciam como consequência do surgimento de atividades voltadas a serviços e intermediárias a riqueza dos capitalistas e o pauperismo dos operários.

Na democracia, mesmo que ela tenha como característica mais conhecida a liberdade de expressão política, outras liberdades passam a ser perseguidas. Ou seja, a democracia passa a ser entendida não somente pelos direitos, mas sim pela viabilidade de condições para que os direitos possam ser alçados. (REMOND, 1976)

Para tanto, uma das primeiras bandeiras da democracia passa a ser o acesso à educação. As liberdades de voto, imprensa, entre outros, teriam valor a partir do momento em que o sujeito tivesse condições de fato para exercê-los. As conquistas sociais acumuladas a partir dos movimentos políticos e a organização sindical contemplam esta perspectiva de possibilitar condições mais adequadas de vida para os trabalhadores na sociedade capitalista.



Após a Primeira Guerra Mundial e, especialmente, depois da crise de 1929, em que o modelo liberal teve grande desgaste, seguiu-se um período de forte intervencionismo estatal. Esse período foi marcado pela ascensão de regimes totalitários.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o modelo denominado de Estado do Bem-Estar Social, propiciou na Europa condições de vida, até então, nunca experimentadas. É importante considerar que, nas últimas décadas, o processo de liberalização econômica tem tolhido conquistas valiosas.

A democracia na América Latina

Para trazermos a discussão acerca da democracia para a realidade latino-americana, faz-se necessário uma análise de contexto para não correremos o risco de distorcer nossa compreensão dos fatos.



Primeiramente, é preciso destacar que a cronologia europeia difere da latino-americana. Em segundo lugar, que os fatos não ocorrem dentro de uma linearidade, da qual possam ser esperadas causas e conseqüências similares, pois, as forças divergem e os contextos apresentam especificidades.

Na América Latina, vários Estados ainda são basicamente agrários, tendo as forças políticas expressiva vinculação com poderes aristocráticos locais ou religiosos. Sabemos que o desenvolvimento dos regimes democráticos, geralmente, são mais freqüentes nos meios urbanos do que nos rurais e, mais fortes entre as camadas sociais ditas intermediárias com maiores e melhores possibilidades de formação.

A grande desigualdade social, matéria comum em todos os estados latino-americanos, faz com que grandes contingentes populacionais tenham pouca participação política efetiva ou sejam facilmente manipulados. A compra de votos e a crença que a política não é instrumento concreto para as mudanças sociais almejadas relega a participação política a rituais eleitorais, fazendo com que, não raro, a personificação do poder em torno da imagem de alguma liderança popular concentre grande parte das atenções.



Os movimentos democráticos ganharam força em alguns países com o avanço do processo de industrialização, ao lado de movimentos como o anarquismo, comunismo, entre outros. No entanto, considerando que a industrialização só atingiu um grau mais expressivo a partir das décadas de 1950, 60 e 70, é possível imaginar a dificuldade desses movimentos políticos de se expressar.

A efervescência das ditaduras militares, ocorrida no período conhecido como Guerra Fria, têm forte vinculação com o crescimento dos movimentos comunistas, que inspiravam-se na revolução cubana de 1959.

A experiência vivida em Cuba, um país agrário e latino-americano, mexeu com os sonhos de muitos ‘revolucionários’, que passaram a acreditar na viabilidade de romper com o quadro de subdesenvolvimento e desigualdade social no continente.

Os órgãos internacionais ocidentais têm utilizado a democracia como fator de referência na Política Internacional. No entanto, sabemos que as “democracias” têm tratamentos diferenciados de acordo com a “obediência” aos países mais ricos. É perceptível, muitas vezes, que a democracia é uma condição de atendimento aos interesses dos controladores do jogo de forças da política internacional.

A confiabilidade dos estados para a orientação da política de investimentos na região segue padrões de credibilidade, fundados no grau de estabilidade política, firmeza em manutenção dos propósitos das políticas econômicas e, além disso, o cumprimento de uma agenda de reformas, adequações necessárias para a satisfação das políticas propostas para o mercado mundial.

Recentemente, assistimos a alguns episódios que expõem bem isso. O período pré-eleitoral, para a presidência da República no Brasil de 2002, gerou expectativas sobre a posição frente à pauta internacional de um dos partidos com tendência de esquerda que mantinha, há um bom tempo, um discurso de mudanças na política externa. A desconfiança sobre os procedimentos a serem adotados depois das eleições, colocaram o país em clima de instabilidade. Houve grande desvalorização cambial em função da insegurança dos investidores no cumprimento dos contratos vigentes. A tranquilidade chegou com a veiculação de um dos candidatos (que depois fora eleito), de uma carta-compromisso com o país (melhor, com os investidores), conhecida como “Carta aos Brasileiros”. Trata-se aqui de observar que a democracia tem um significado maior com a estabilidade das instituições do que com o fato de proporcionar melhores condições de vida para a população. Esses dois aspectos podem estar correlacionados.



O quadro latino-americano atual

Acima, tratávamos da precária organização política na América Latina, considerando as oscilações entre períodos de fortalecimento da democracia e de ditaduras. A Guerra Fria, especialmente diante da ameaça socialista, foi, para a maior parte dos países latino-americanos, um período traumático que deixou cicatrizes mais fortes em alguns Estados do que em outros. Em determinados casos, as conseqüências desse período ainda causam fortes instabilidades.

O fim do bloco socialista, no qual vários partidos políticos e guerrilhas de esquerda depositavam as esperanças, também acabou ruindo. A década de 1990 foi marcada por um processo de abertura econômica rápida, implementação de planos econômicos, na sua maioria, adequados ao cenário liberalizante que se configurava. A globalização foi acompanhada por uma tremenda dificuldade em encontrar na mundialização da economia um caminho para o tão esperado desenvolvimento, marcado pela melhor distribuição de renda. No entanto, nem a abertura e tampouco a organização de mercados regionais, inspirados nos moldes da União Européia ou no Nafta (Acordo de Livre Comércio Da América do Norte), mostraram êxito.

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), cujas discussões já se estendem há dez anos, é uma amostra clara da situação em que a América Latina se encontra: A ALCA proposta pelos Estados Unidos não está ao contento, especialmente, de Brasil e Argentina que têm outras questões a barganhar. Os demais países sequer conseguem fazer frente ao proposto e, por outro lado, os norte-americanos não se dispõem a ceder diante de suas proposições.

A Argentina, que, por um lado, tenta se recuperar do maior retrocesso político e econômico de toda a sua história, seguido pela moratória mais longa que se viu, busca, por outro lado, reestruturar sua auto-estima, com uma série de restrições a acordos selados, regredindo no avanço das relações comerciais no bloco MERCOSUL.

O Paraguai, vive crises políticas que denunciam os graves problemas desse que é um dos países mais pobres e dependentes do continente. A Bolívia, por sua vez, viveu no último ano uma fase muito delicada diante dos problemas de corrupção e a pressão popular sobre a política energética, frente às companhias estrangeiras, entre elas, a Petrobrás.

Já Peru e Equador, estão envoltos em problemas referentes às suas fronteiras. A Colômbia, aparentemente sem sucesso, vem tentando reprimir com apoio e recursos norte-americanos o narcotráfico, que financia grupos paramilitares de direita, como guerrilhas de esquerda.

Na Venezuela, acompanhamos o embate da base do Presidente Hugo Chávez com seus adversários, especialmente, grandes empresários do setor energético. O país que melhor conseguiu associar crescimento sustentável com uma satisfatória estabilidade política foi o Chile, talvez o país mais competitivo, junto com o México, que também melhorou sua competitividade sem, contudo, conseguir resolver o problema da desigualdade social.

Essa indefinição, aliada aos crescentes focos de crise política no continente, favorece o surgimento de movimentos reacionários de cunho populista, como o do Presidente venezuelano Hugo Chávez. Diante da dificuldade de cumprir com seu propósito político, aliada à rejeição de Washington, este presidente milita por um movimento anti-norteamericano.

Entre uma política imperialista norte-americana que espera o simples cumprimento de uma agenda que, de longe, atende às necessidades dos países da região e propostas populistas igualmente de duvidosas intenções, compete à América Latina discutir alternativas sérias e realmente comprometidas em viabilizar as tão esperadas soluções aos seus problemas políticos, sociais e econômicos.

SEÇÃO 2 - Os blocos econômicos e o futuro da globalização: o Brasil e a integração regional

A formação de blocos regionais : o processo de integração

Para melhor compreensão do fenômeno da globalização e entendimento de como a formação de blocos regionais influencia diretamente na conformação da Sociedade Internacional, é importante conhecer algumas características da chamada Nova Ordem Mundial.

Primeiramente, destaca-se a **Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científica**, que já foi estudada na unidade



dois. A mesma está redefinindo o mercado de trabalho mundial, exigindo mão-de-obra qualificada e infraestrutura apropriada, influenciando a reorganização do espaço geográfico a partir da instalação de empresas transnacionais em todas as partes do globo.

Outra importante característica consiste no processo de Regionalização, ou seja, a formação de blocos ou mercados regionais, a qual estudaremos em seguida.

O processo de integração

Antes de tudo é necessário saber qual é o conceito mais apropriado para a palavra **integração**. Às vezes confunde-se com “cooperação”, mas a palavra integração possui um conceito mais amplo.



Integração consiste em:

- um ato consensual, não imposto;
- aceitar a constituição de uma entidade diferenciada, a quem cedem atribuições próprias e que pode ditar normas legais, que passam a reger o direito interno de forma automática, sem acordo legislativo;
- superar o simples tratado comercial;
- pode chegar a fundir países, ainda que respeitando características nacionais;
- em geral, integração é um acordo entre países fronteiriços.

Quando se fala em integração, é importante saber que se trata de um processo (portanto não acontece da noite para o dia) e de uma das alternativas políticas para o desenvolvimento e, talvez, de uma das alternativas para alcançar maior interdependência entre as nações.

Na verdade, as teorias de integração conhecidas são apresentadas em relação a modelos avançados de integração, como o da União Européia, por exemplo. Deve-se construir uma própria teoria para a América Latina que seja viável e de acordo com a realidade de seus países. É certo, contudo, que **não existe teoria que dure para sempre, nem um modelo que não possa ser modificado.**

A realidade atual mostra que ninguém pode dizer que tem o futuro assegurado.

Muito se vem discutindo sobre quais são os mais eficientes instrumentos políticos que servem para promover e diversificar as exportações, melhorar a inserção internacional das pequenas e médias empresas e promover os investimentos nos países em desenvolvimento.



Isto significa que, em um cenário internacional cada vez mais interdependente, as políticas públicas requerem ferramentas muito mais precisas e inteligentes que as utilizadas no passado. Ao estar-se persuadido que há a conveniência de pertencer ao mundo da economia, do comércio e

dos negócios internacionais, é imprescindível saber que neste jogo não se está sozinho. Pelo contrário, os acordos realizados com os outros países também são muito importantes.

As negociações internacionais surgem como um campo de grande interesse. A conformação de numerosos esquemas de integração, nas mais distintas áreas do globo, é uma clara manifestação da relevância dos **acordos regionais como instrumentos para promover o comércio e os investimentos**.

A integração econômica, portanto, é uma realidade mundial. Seus maiores alvos consistem no fortalecimento dos mercados. A transnacionalização acaba sendo mais uma via de aperfeiçoamento da conformação do processo globalizante das Nações. A integração é capaz de amenizar os problemas decorrentes de economias e políticas defasadas.

Mas ainda existem fatores relevantes que devem ser destacados com relação ao mundo globalizado que, segundo Gabrielle Orcalli (1998), possuem determinadas características:

Es importante notar algunas características nuevas de la mundialización de la economía. El nuevo proceso de mundialización se caracteriza pues por: - la posibilidad de producir, distribuir y consumir bienes y servicios a partir de estructuras de valorización de los factores de producción – materiales e inmateriales – organizadas sobre una base mundial (para aclarar, baste pensar en la organización del reconocimiento de patentes, en las bases de datos informáticas, en la muy avanzada formación de los recursos humanos, etc.); - una tendencia a la reglamentación mundial de los mercados, a través de normas o standards mundiales (Map. ISSO, Top, etc.); -la dificultad, consecuente a estos desarrollos, de individualizar “territorialidades” jurídicas, económicas o tecnológicas a causa de las numerosas interrelaciones e integraciones que circulan entre los varios elementos en juego en las diversas fases productivas inicial o final de la empresa misma. (ORCALLI, 1998. p. 18-19)

Não obstante, para confirmar estes aspectos necessários à competitividade internacional e à facilitação de acordos internacionais que viabilizem maior nível de comércio, a influência dos Estados é imprescindível. As Nações também

fazem parte desse âmbito competitivo, principalmente no que diz respeito à economia e também ao ambiente em que as indústrias e empresas se encontram.

O Brasil e o Mercosul : análise da conformação do bloco

Observando-se o processo de globalização econômica, verifica-se a inserção do Mercosul tendo Brasil e Argentina como principais atores. O processo de regionalização no CONESUL vem crescendo a cada dia. Entretanto, as modificações nos padrões do comércio apresentam-se como desafios aos países do Mercosul, que ainda não se mostraram plenamente preparados para participarem dos fluxos mundiais de serviços ou se beneficiarem do crescente processo de transnacionalização econômica.

Certamente as transformações econômicas internas que vêm ocorrendo exercem efeitos diretos sobre a inserção externa do Mercosul. Conforme Rubens Antonio Barbosa (1991), há determinados efeitos do processo de internacionalização econômica para os países latino-americanos, que condizem com a realidade dos países integrantes do Mercosul:

Em primeiro lugar, uma consequência política: a perda da importância relativa da América Latina. A região hoje surge como uma área problema, onde sobressaem as questões da dívida externa, do narcotráfico e do meio-ambiente, com escassa possibilidade de influir no curso dos acontecimentos políticos, econômicos e financeiros. A percepção externa da perda de solvência e influência na esfera internacional agrava a vulnerabilidade e deteriora a capacidade de negociação do Continente. (...) Em segundo lugar, alguns efeitos econômicos:

- a) a crescente marginalização nos fluxos do comércio mundial e no intercâmbio de produtos dinâmicos;
- b) a concentração – entre 60 e 70% - do intercâmbio comercial regional nos mercados dos EUA e da CEE;
- c) interrupção do fluxo de investimento dos países desenvolvidos (bancos e empresas);
- d) dificuldade de acesso às fontes de tecnologia e à cooperação tecnológica, agravada pelo baixo investimento interno em pesquisa e desenvolvimento de parte das empresas, inclusive estrangeiras, e do Governo.(BARBOSA, 1991. p. 17-19)

A prática do **Regionalismo**, sendo este um fenômeno da regionalização além do Estado, inclui agentes privados, tendo como característica a cooperação regional como resposta aos desafios postos pelo sistema internacional. Apresenta-se ainda como uma excelente estratégia no jogo neomercantilista, facilitando a geração de poder pelo agir conjunto da região e a relação com potências ou superpotências.

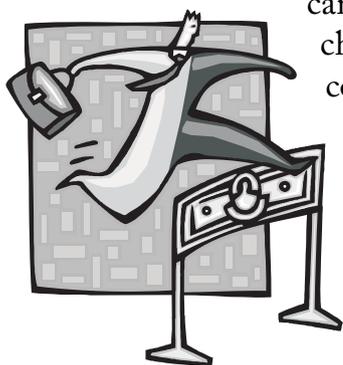
Constata-se, portanto, que a integração faz parte do processo de formação dos blocos regionais onde a **regionalização** se caracteriza pela **ampliação das interações socioeconômicas por força de mercado, tendo a ação facilitadora do Estado**.

Brasil e Argentina : o início do Mercosul

Tendo em vista as influências do movimento de globalização, suas conseqüências e efeitos, verifica-se que, histórica e economicamente, o Brasil e a Argentina enfrentaram os mesmos desafios. No que diz respeito às relações entre estes dois países, observa-se que estas sempre se caracterizaram pela ambivalência em que tendências para o conflito ou para a cooperação se acentuaram, conforme as articulações econômicas e políticas das correntes que, eventualmente, detivessem o poder de cada um dos países.

O comércio bilateral, de certa forma, sempre existiu, ao mesmo tempo em que dependiam, devido às distintas características de seus produtos de exportação, de terceiras potências rivais, cujos interesses competiam nos mercados da América Latina.

Observa-se que, devido às pressões no início deste século, caracterizadas por disputas entre países desenvolvidos, chefes de Estado e políticos do Brasil e da Argentina, constituíram um pacto, enfatizando, com isso, seu poder de negociação bilateral. Houve desavenças e competições até que, na década de 80, acordos foram firmados a fim de diminuir a rivalidade existente entre os dois países.



A partir de então surge, efetivamente, o Mercado Comum do Sul. Como já se sabe, outros países vieram a compor o Mercosul que, neste momento, visualizam um futuro conjunto, em que seus problemas, que de certa maneira possuem características comuns, seriam desagravados por políticas adotadas em conjunto, pelas quais a integração atuaria como um instrumento de defesa, verificando-se a relevante ação do Estado como meio facilitador da integração regional.

O processo de regionalização promoveu a abertura do mercado nacional à competição internacional e incitou modificações profundas na estrutura produtiva dos países do Bloco, em relação à qualidade e aos preços dos produtos nacionais que procuram acompanhar os padrões do mercado mundial.

Acredita-se que, através do comércio, se alcançará o desenvolvimento sustentável tão importante para países com índices ainda elevados de pobreza. As Nações devem investir em novas tecnologias com o objetivo de incrementar suas produções com técnicas inovadoras e inventivas. Além disso, o estabelecimento de um padrão organizacional e também de condução econômica nas sociedades, é fundamental para que haja, realmente, a inovação de produtos e o alcance da competitividade, permitindo que o comércio se efetive.

Percebe-se então que, além de capacidade de transformação, os países deverão também possuir vontade política para que as mudanças ocorram e surjam mais investimentos, tão necessários para o aprimoramento tecnológico. As fronteiras estão abertas. Há possibilidades de produzir, distribuir e consumir bens e serviços. Através de uma desgravação linear de entraves políticos e econômicos, há grandes chances de aumentar a participação do Mercosul no comércio mundial.

0 Brasil e integração regional

Observando a história da política externa mundial, você pode perceber que as relações internacionais entre países são distintas para cada um deles.



Nos países economicamente mais avançados, a política externa, via de regra, baseou-se em questões, como:

- zelar pela paz ou preparar-se para a guerra;
 - compor ou desfazer alianças;
 - construir a potência e o prestígio internacional;
 - difundir ideologias e valores.
-

Atualmente, essas questões ainda fazem parte das preocupações desses países, sendo pontos relevantes em suas relações com outros Estados. Por outro lado, os países menos desenvolvidos engajam-se em pontos, como o ritmo de seus desenvolvimentos e as oportunidades de melhoria das condições sociais.

O Brasil, país até **início dos anos 90** considerado de Terceiro Mundo, agora com características de país emergente no contexto internacional, preocupou-se em crescer e se desenvolver. Mas, é necessário ressaltar que a sociedade que não se preocupa com a desigualdade social tem seu desempenho externo prejudicado. No Brasil a questão social sempre foi um problema: pode-se pensar que muito mais político do que econômico, mesmo estando a economia ligada diretamente com todos os ramos que compõe a sociedade em si.

A abertura do mercado nacional à competição internacional está promovendo modificações profundas na estrutura produtiva do país em relação à qualidade e aos preços dos produtos nacionais que procuram acompanhar os padrões do mercado mundial.

Com o maior Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, e um dos maiores do mundo, o Brasil convive hoje com uma moeda estável (o real), que causou uma redução drástica dos índices inflacionáveis, contribuindo para uma pequena melhoria na distribuição de renda.



O importante, porém, é salientar que o Brasil tem um mercado consumidor altamente atrativo e também vários recursos naturais, aliados a uma imensa vontade de interagir no meio internacional. Todos os caminhos o levam ao sucesso, mas a estrada é longa e árdua. Muitos problemas devem ainda ser solucionados, tanto em questões econômicas quanto em políticas e sociais.

SEÇÃO 3 - Novos temas de Política Internacional

Tema 1 - Cooperação internacional e competitividade

O Comércio Internacional, logo após a Segunda Guerra Mundial, voltou a ser a mola propulsora do desenvolvimento econômico dos países. Diante da nova concepção de mundo globalizado, em que os atores internacionais têm um papel fundamental, vem à tona a dificuldade de resolver questões relativas à competitividade e à cooperação internacional.

O advento dos meios de comunicação influenciaram diretamente no processo de estreitamento das relações entre os países, exaltando a dualidade que transcende as fronteiras nacionais. Segundo Marcovicht (1994), esta dualidade faz com que haja um distanciamento entre uma minoria educada e informada e a maioria que fica às margens do desenvolvimento.

O avanço tecnológico incrementou a internacionalização do capital, da produção e do conhecimento. O acirramento da competitividade fez com que se viabilizasse uma constante cooperação entre Estados objetivando a consecução de seus objetivos comuns.

A nova ordem da sociedade mundial visa à consciência ambiental e à redução do desemprego através de alianças estratégicas entre parceiros com objetivos comuns.

A cooperação internacional tem como um dos seus primeiros pressupostos a idéia da autoridade, isto é, o respeito por um Estado à existência de outros Estados, cujos objetivos podem e devem ser por eles próprios traçados. Assim, a idéia hobbesiana da vida internacional como a guerra de todos contra todos, temperada apenas pela moderação que pela própria idéia de cooperação, na medida em que contribui para enterrar os mitos que tornariam qualquer cooperação autêntica impossível. (...) A transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento é, nesse âmbito, uma das questões centrais. (MARCOVICH, 1994. p.52)

De qualquer forma, o acirramento e a competitividade internacional, ainda marcam os conflitos de interesses entre as Nações. Observa-se isso quando países em desenvolvimento devem manter uma ação articulada para a abertura de novos mercados e a defesa dos já conquistados.

Tema 2 - Questões ambientais

Tendo em vista vários problemas globais com relação ao meio ambiente, a ONU organizou, em 1992, sua conferência internacional sobre o assunto, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Esse evento teve como principal objetivo estudar a busca de desenvolvimento econômico nas sociedades, sem afetar a natureza. Isso quer dizer que foram analisadas formas de utilização de recursos naturais, sem esgotá-los ou mesmo comprometer as condições de reprodução da vida humana (desenvolvimento sustentável).

Alguns acordos foram debatidos na Eco-92, como:

- Convenção sobre Diversidade Biológica;
- Convenção sobre Mudanças Climáticas (conseqüências do efeito estufa): A Conferência das Partes, realizada em Quioto em 1997, reafirmou o compromisso dos países para a redução da emissão de gases poluentes a fim de diminuir o aquecimento da terra. Além disso, surgiu um fato interessante neste contexto – venda do direito de poluir, pois se cada país deixar de poluir a sua cota permitida, poderá vendê-la a outros poluidores em potencial.

Todavia, um dos principais documentos expedidos pela Rio-92, a Agenda XXI, não foi executado em seu todo. A Agenda XXI é um plano de ações visando a diminuir problemas ambientais no mundo. A falta de recursos foi o motivo da não implementação deste projeto.

Em 1997, porém, foi realizado também na cidade do Rio de Janeiro, um encontro com representantes de Organismos Não-Governamentais (ONGs) de todo o mundo, a fim de avaliar a Conferência de 92. Infelizmente, poucos tópicos foram

desenvolvidos, entre eles a implementação de normas de Gestão Ambiental, que resultou na série ISO14000, e também a análise de Biossegurança, através de um Grupo de Trabalho que impôs restrições à pesquisa científica que ameace a vida humana e também evita que se amplie destruição da biodiversidade.

Mesmo com todos os esforços da sociedade internacional em intervir através de organismos na defesa do Meio-Ambiente, é necessária a harmonização desse tema com o processo de globalização, no intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável das Nações.

Para tanto, o impacto dos processos integracionistas sobre o meio-ambiente está estritamente ligado à valorização dos recursos naturais e à concepção governamental de origem legal e regulatória.

Além de fazer cumprir e aprimorar sua legislação referente à defesa do meio-ambiente, os países precisam ainda combater as causas que devastam e prejudicam seu ecossistema.

Internacionalmente, os acordos de cooperação técnico-científica, bem como sua efetiva aplicação, são mecanismos de incentivo às práticas ambientalistas e acabam sendo os meios mais eficazes de combate às práticas desleais contra o meio-ambiente.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem observar as normas de defesa como um meio de expansão no mercado internacional e desenvolvimento do mercado interno, a partir do momento que instigará a competição, através do alcance do crescimento econômico sustentável, desenvolvendo, conseqüentemente, novas tecnologias, diminuindo custos e melhorando sua imagem para um país ecologicamente adequado.

Tema 3 - Conflitos étnicos : xenofobia

As pessoas têm muito em comum, tanto em relação à própria natureza humana, como em relação a necessidades e esperanças. Mas, por outro lado, há uma grande diversidade de idiomas, culturas, religiões, filosofias, ideologias e, principalmente de formas de governo.

Cada povo, cada grupo étnico e cada credo constitui apenas uma minoria num mundo de estrangeiros. Assim, sendo inevitavelmente diferentes, os povos são também inevitavelmente interdependentes; porém, mesmo tendo conhecimento dessa interdependência, desenvolveu-se em muitos povos o sentimento de **xenofobia**.

Xenofobia significa aversão a estrangeiros.

Apesar de todo processo de integração entre os povos, é notável o conflito ainda persistente entre os Estados e a Solidariedade Internacional. A capacidade de cada nação ou etnia impor às demais os seus interesses e necessidades, evidenciam que a solidariedade não é apenas um conceito abstrato, mas envolve questões reais de relações políticas, econômicas e culturais.

Com a democratização do Leste Europeu, no fim da Guerra Fria, acreditou-se que as potências inimigas iriam colaborar entre si, dando uma rápida solução aos conflitos regionais. Entretanto, a fragmentação de Estados e Impérios revitalizou conflitos seculares como, por exemplo, a guerra entre Armênia e Azerbaijão.



Você sabia?

Neste período, grupos fundamentalistas radicais foram fortalecidos, e tensões sociais, explícitas pela hostilidade contra imigrantes pobres, eclodiram nos países europeus mais ricos.

Na Europa, muito dos problemas encontrados são referentes a impactos sociais, que ocorrem seja pelo fenômeno dos imigrantes ilegais, seja pelos recentes atos de racismo e xenofobia.

Contudo, um dos mais graves problemas sociais da atualidade diz respeito à crise dos refugiados no sudeste e no centro da África, que causaram, sobremaneira, sentimento de xenofobia em muitas sociedades daquele continente bem como de muitas outras regiões.

Isto se verificou após o processo de independência dos Estados da África Central, mais especificamente de Ruanda e Burundi, que testemunharam conflitos políticos durante as décadas de 60 e 70, os quais geraram centenas de milhares de refugiados. Muitos deles, receberam asilo em países vizinhos.

Todavia, existem certas preocupações por parte dos países receptores de imigrantes, o que faz, muitas vezes, enfatizar a xenofobia. Uma dessas preocupações é a questão da segurança interna. Muitos refugiados saem de situações de guerra civil e levam armas consigo para o novo país. Além disso, grandes influxos podem também trazer sérias tensões no desenvolvimento social e na infra-estrutura da Nação.

A reação de xenofobia para os refugiados pode, em parte, ser explicada pela mudança da natureza de conflitos regionais. Sabe-se que os refugiados precisam ser endereçados para um nível regional e internacional. Isso levará a uma política econômica e a uma agenda que objetive a eliminação de conflitos étnicos, diminuindo a comercialização de armas, estabelecendo instituições democráticas e de governança, a respeito de direitos humanos e de promoção econômica de desenvolvimento e progresso social.

Iniciativas domésticas também são necessárias a fim de se encontrarem soluções mais significativas e duráveis para os problemas relativos aos movimentos de refugiados. Muitos ainda acreditam que a repatriação voluntária é a solução mais durável e preferida. Depois de tudo, quem contentará uma decisão racional por um indivíduo autônomo a fim de que ele retorne ao seu país? Isso se torna uma base para políticas que requerem determinada validação mediante resultados tangíveis a serem apresentados à sociedade internacional.



Síntese

Não é fácil entender o funcionamento da Nova Ordem Mundial. Inicialmente tem-se o mundo caracterizado pelo poder: a monopolaridade dos EUA e a multipolaridade econômica competitiva, liderada por países/blocos como EUA – Japão – União Européia.

Acrescenta-se neste contexto o papel relevante das empresas transnacionais e das Organizações Internacionais e Não-Governamentais (ONGs), as quais passaram a agir como importantes atores na era globalizada.

Com o fim da bipolaridade da Guerra Fria, imaginava-se que a tendência natural fosse o equilíbrio de poder em função da interdependência econômica e da integração dos Estados, objetivando a ampliação do comércio e o crescimento da economia. Além disso, afirma-se a revolução tecnológica, baseada nos meios de comunicação e na informação, como meio de modificar as relações existentes de produção, consumo e negociação.

A proteção contra a agressão externa sempre se apresentou como um objetivo fundamental dos governos nacionais e também da comunidade internacional. Todavia, em muitas áreas, as populações se sentem mais inseguras por causa de outros problemas que se originam da **ameaça aos sistemas vitais do planeta, de privações econômicas extremas, da proliferação de armas e violações dos direitos humanos.**

Entretanto, uma enorme desigualdade material assola o planeta e ameaça a coesão e a paz das sociedades. Deve-se pensar globalmente e agir localmente, atuando em conjunto, atravessando, para isso, fronteiras. Há uma grave crise social global e, para combatê-la, é preciso que os próprios cidadãos defendam os direitos democráticos básicos, bem como os direitos humanos e fortaleçam a solidariedade social, local e global. A luta pela igualdade de direitos deve continuar, e os governos e governantes devem primar pelo bem-estar da população mundial. Só assim haverá igualdade, a xenofobia se extinguirá e ocorrerá integrações plausíveis a fim de consolidar completamente o processo de globalização mundial.



Atividades de auto-avaliação

1) Qual a importância estratégica do Mercosul para o desenvolvimento de seus países-membros?

2) Por que o Brasil é considerado uma Potência do Mercosul?

3) Faça a leitura da Seção 2 e destaque as características positivas e negativas do Processo de Integração.

4) Comente os três temas atuais de Política Internacional , abordados na Seção 3, e identifique em cada um deles as opções de solução dos conflitos existentes.



Saiba mais

MARCOVITCH, Jacques (org.). **Competição, Cooperação e Competitividade in Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão.** São Paulo: Edusp, 1994.

Periódicos:

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos – Universidade de São Paulo:

www.direitoshumanos.usp.br



Para concluir o estudo

Mediante estudo da Política Internacional, percebe-se o quanto é importante a participação dos Estados na conformação dos processos integracionistas mundiais.

A concepção de mundo globalizado surge logo após os maiores conflitos bélicos da humanidade, reforçando a intenção de os povos promoverem a paz, por meio da cooperação e desenvolvimento.

Certamente, haverá por muito tempo as relações de poder entre as Nações. Muitas vezes, esse poder é estabelecido pela força econômica que, atualmente, é o fator preponderante para o desenvolvimento e segurança de muitos países.

Vale destacar ainda que, mesmo com a influência direta de companhias transnacionais na condução da política internacional, discutem-se questões sociais relevantes, como a empregabilidade, a competitividade, o avanço tecnológico e os processos democráticos dessa nova era.

Compreender a Política Internacional é compreender o Mundo. Como profissional de Comércio Exterior, você terá ainda a oportunidade de interagir nesse meio, portanto, aproveite!

Sobre os professores conteudistas



Valdir Luiz Schwengber

Graduado com Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Mestre em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Doutor em História, pela Universidade de León da Espanha – UNILEON. Iniciou suas atividades docentes em 1994, em escola de educação básica (Colégio São José de Tubarão - SC) e, em 1997, no ensino superior, na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Atua no Curso de Relações Internacionais, onde leciona Geopolítica, Política Internacional e Estudos de Europa, além de outros cursos, como Administração, História, etc. Pesquisador e professor em cursos de pós-graduação Lato Sensu, além de docente e pesquisador em cursos de Mestrado da UNISUL. Consultor em projetos na área cultural e tecnologia educacional.

Morgana Aparecida de Matos

Graduada com licenciatura plena em Letras/Inglês, pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Mestre em Relações Internacionais para o Mercosul, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atua como professora desde 1992, sendo que, na UNISUL, leciona as disciplinas Diplomacia e Política Exterior Brasileira e Estudos da Europa, no curso de graduação em Relações Internacionais. Empresária da área de eventos e Controladora do Município de Tijucas/SC.

Referências



- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o Multilateralismo Econômico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ARON, Raymond. **Estudos Políticos**. Trad. Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: UnB, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina - O Continente nas Relações Argentina- Brasil (1930/1992)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: A Integração Regional-da Retórica à Realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 1991.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V. 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CARVALHO, Leonardo Arquimimo de, VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha e LIXA, Ivone F. Morcilo (Orgs.). **Política Internacional, Política Externa e Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2003.
- DOMINGUES, Thiago e Outros (Org.) **Relações Internacionais. Temas Contemporâneos**. Florianópolis: Palotti, 2003.
- FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.
- GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, editor, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo et al. **A Nova Economia Internacional - Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. **O mundo contemporâneo. Relações Internacionais 1945-2000**. São Paulo: Moderna, 1996.

..... **A era dos extremos: o Breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT & SHERMAN. **História do Pensamento Econômico.** 3. ed. Petrópolis:Vozes, 1982.

JONES, Walter S. **The logic of international relations.** Boston [s ed], 1998.

KENNEDY, Paul. **A ascensão e a queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** Rio de Janeiro: campus, 1989.

LACERDA, Antonio Correa de. **O Impacto da Globalização na Economia Brasileira.** São Paulo: Contexto, 1998.

MARCOVITCH, Jacques (org.). **Competição, Cooperação e Competitividade in Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão.** São Paulo: Edusp, 1994

MEIRA PENNA, J. O. **Política Externa, Segurança e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Agir, 1967.

MUNÓZ, Heraldo. **A nova política internacional.** São Paulo: Alfa – Omega, 1996.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais. Estudos de Introdução.** Curitiba: Juruá, 2001.

ORCALLI, Gabriele. **PMI y economías locales en los procesos de internacionalización in El Mercosur en el Siglo XXI.** Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1998.

PEREIRA, Adriano José. **Liberalismo econômico e processo de integração na América Latina in O Mercosul em Movimento II.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

REMOND, René. **O Século XIX: de 1815 a 1914.** Cultrix, São Paulo, 1974.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Relações Internacionais: Cenários para o Século XXI.** São Paulo: Scipione, 2000.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **O que são Relações Internacionais.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUSSEL, Bertrand. **O Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANDRONI, Paulo. **Políticas econômicas na América Latina in América Latina Cidadania, Desenvolvimento e Estado.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 4. ed. atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILBER, Simão Davi. **Relações Econômicas Internacionais in MARCOVITCH, Jacques (org.). Cooperação Internacional**: Estratégia e Gestão. São Paulo: Edusp, 1994.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**. São Paulo: Contexto, 1998.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência política e teoria geral do estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

VELLOSO, Reis João Paulo; MARTINS, Luciano (Coordenadores). **A Nova Ordem Mundial em Questão**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação



Unidade 1

- 1) R: A precocidade da formação dos seus Estados Nacionais Modernos. Mesmo não contando com uma burguesia forte, como a que existia nas cidades italianas de Gênova e Veneza, Portugal e Espanha não se enquadram à clássica definição de Estados Nacionais, em que a burguesia se alia ao rei para fortalecer suas estruturas econômicas. No caso dos países ibéricos, o fator de unidade fora um problema em comum: a expulsão dos mouros que invadiram a Península Ibérica em 714 d.C. e, como os cristãos buscavam expandir sua religião sobre o mundo islâmico, que queria levar a fé de Maomé para o mundo cristão.

A centralização do Estado permitiu a maior concentração de esforços e recursos para que os objetivos postos pudessem ser alcançados.

- 2) R: Além dos fatores apontados na questão anterior, que propiciaram a concentração dos recursos, a transformação de Portugal em um centro de estudos de navegação, dada a sua posição geográfica e vocação voltada aos mares, acima de tudo, o suporte ideológico da Igreja Católica. A vantagem em empreender o projeto expansionista, em nome do Rei e de Deus, decorre do importante papel desempenhado pela Igreja no processo de evangelização, através da catequização, por força de sua perspectiva expansionista.

Seria difícil conquistar grandes contingentes populacionais sem o uso da fé. Além disso, aos conquistadores, a recompensa divina pelo seu esforço, que tinha a finalidade de converter os pagãos, incentivava a perseverança no empreendimento colonizador.

- 3) R: Sempre mais, com o avanço do capitalismo e, conseqüentemente com a Revolução Industrial, a inovação e a acumulação de lucros necessitavam da criação de novas alternativas para a manutenção do sistema. A partir da

Revolução Científico-Técnica, o fator tecnológico, sustentado na ciência ganhou importância maior.

Atualmente, o poder de barganha na política internacional se dá de acordo com a capacidade competitiva, centrando em políticas de valorização e inovação científica os modelos de desenvolvimento.

Unidade 2

- 1) R: Os Estados, como atores privilegiados no cenário global, não são completamente equivalentes entre si. Assim como há os “poderosos” ou os extremamente fortes, há também aqueles considerados fracos em termos de desenvolvimento de economia, de política e de poderio militar. A caracterização de potências internacionais é fundamental para definir a Nova Ordem Mundial. Em contrapartida, cada Estado é soberano e detém o poder em seu território, não estando submetido internamente a nenhum outro poder ou autoridade supraestatal, resultando assim na chamada Anarquia Internacional.

- 2) R: A atual ordem internacional nasceu com a ruína da bipolaridade – que foi o mundo da guerra fria e das duas superpotências – e costuma ser definida como multipolar (por alguns autores), enfatizando o poderio econômico. Dessa forma, observa-se que a União Européia já é uma potência econômica tão importante quanto os EUA, ou até mais, bem como o Japão e a China. A Rússia, nesse contexto é uma superpotência militar, mesmo com uma fraca economia.

O Estado exerce papel fundamental na Nova Ordem Mundial, estabelecendo as políticas públicas de desenvolvimento e direcionando as Relações de Poder. Já as Companhias Transnacionais exercem importante papel de influência direta na economia e desenvolvimento das sociedades internacionais. Mediante essas empresas, pode-se fomentar o desenvolvimento de determinadas regiões, como também podem ser estabelecidas as relações de poder econômico dos Estados, influenciando assim na geração de lucros e rendas dos países, bem como na criação de empregos e tecnologias.

Há quem diga que o papel do Estado, diante da globalização, está se reduzindo no cenário internacional. Entretanto, a influência tanto das empresas transnacionais quanto do próprio Estado ainda é fundamental para a manutenção do *status quo* internacional.

3) R: As guerras são extremamente nocivas à sociedade. As questões que envolvem direitos humanos, manutenção de soberania estatal e principalmente quando se consideram mortes de civis e o desenvolvimento de armamentos de fogo, não se pode deixar de pensar na aniquilação da sociedade e seu estado de vulnerabilidade diante de tantos fatores. Mas, o que se pôde verificar, tanto na Segunda Guerra Mundial quanto na própria Guerra Fria, foi o desenvolvimento tecnológico e científico. Os meios de comunicação, os meios de transporte e tecnologias de ponta, tanto de armamentos como espaciais, surgiram de motivações bélicas e atualmente acabam facilitando e envolvendo as pessoas em todo o processo de globalização e integração mundial.

Unidade 3

- 1) R: O Mercosul é uma área de livre comércio que propôs a integração de seus países-membros por meio de acordos e objetivos comuns. Sendo a integração uma alternativa política para o desenvolvimento e para a interdependência, o Mercosul é importante para seus países-membros a partir do momento que serve como um instrumento político de promoção comercial e inserção internacional, com vistas ao desenvolvimento.
- 2) R: Além de possuir o maior PIB da América Latina, o Brasil, durante as últimas décadas, procurou o desenvolvimento. Por sua condição geográfica, populacional e econômica, ele é o principal parceiro dos países sul americanos, enfatizando seu poder econômico na região, sendo assim considerado uma Potência, principalmente ao comparar seu poder político internacional com os demais Estados do bloco regional.
- 3) R: A integração aparece como uma via política para o desenvolvimento, promovendo, mediante acordos, o aumento e a diversificação das exportações, a inserção internacional dos países bem como a prospecção de investimentos, sendo uma das alternativas para alcançar uma maior interdependência entre as nações.
- 4) R: Cooperação internacional e competitividade: para que as Nações alcancem níveis de competitividade internacional, é necessário buscar constantemente a cooperação internacional, no intuito de fomentar seu processo de produção e crescimento interno.

Questões Ambientais: novamente cita-se a cooperação internacional como fator relevante na defesa do meio ambiente, principalmente no que se refere às questões de ciência e tecnologia, imprimindo a inovação e o desenvolvimento sustentável dos países.

Conflitos Étnicos – Xenofobia: uma das soluções para se resolver a questão dos refugiados, seria, primeiramente, primar por uma política econômica e de eliminação de conflitos étnicos em todo o globo, iniciando o processo em cada país envolvido, partindo, por exemplo, para a repatriação voluntária de cada pessoa atingida por esse problema constante de direitos humanos internacionais.